

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

FELIPE PEREIRA LUIZÃO

**OS DOCUMENTOS SECRETOS E SUAS VERTENTES
NO SISTEMA INTERNACIONAL: A CONQUISTA DO
PODER E AS VIAS DE OBTENÇÃO**

BAURU
2014

FELIPE PEREIRA LUIZÃO

**OS DOCUMENTOS SECRETOS E SUAS VERTENTES
NO SISTEMA INTERNACIONAL: A CONQUISTA DO
PODER E AS VIAS DE OBTENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof. Ma. Roberta Cava.

BAURU
2014

Luizão, Felipe Pereira.

L953d

Os documentos secretos e suas vertentes no sistema internacional: a conquista do poder e as vias de obtenção / Felipe Pereira Luizão. -- 2014.

73f. : il.

Orientadora: Profa. Ma. Roberta Cava.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. Comunicação. 2. Segredo. 3. Poder. 4. Status Quo. 5. Realismo. I. Cava, Roberta. II. Título.

FELIPE PEREIRA LUIZÃO

**OS DOCUMENTOS SECRETOS E SUAS VERTENTES NO SISTEMA
INTERNACIONAL: A CONQUISTA DO PODER E AS VIAS DE
OBTENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof. Ma. Roberta Cava.

Banca examinadora:

Profa. Ma. Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Dr. Daniel Freire e Almeida
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Esp. Sebastião Clementino da Silva
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 02 de dezembro de 2014.

Dedico este trabalho aos meus pais, Mário e Margarete, que dedicaram-se sempre com total amor para alcançarem bons frutos, estando sempre presentes, proporcionando o melhor apoio e compaixão.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, os agradecimentos são dados a Deus, pelo dom da vida, por propiciar ter conhecimento, o que eleva a vida de um ser, por proporcionar o encontro de amizades essenciais e por ter uma família digna de orgulho, estando sempre presente.

Agradeço aos meus pais, Mário e Margarete, pelo total apoio, pelo amor dedicado, pelo esforço desmedido e por fornecerem a base fundamental para minha formação. A eles sempre dedicarei meus mais sinceros e profundos agradecimentos. E com eles a minha família que, permanecendo unido proporciona uma vida valiosa.

Aos meus irmãos, Pedro e Isadora, por demonstrarem com suas atitudes e companheirismo a essência da vida. Agradeço também por estarem sempre ao meu lado, de qualquer maneira e pelo fato de tê-los em minha vida. A eles, meus eternos e também sinceros agradecimentos.

Aos meus amigos, irmãos escolhidos na vida, agradecimentos especiais, pois fazem o mundo diferente, muito mais valioso e ao mesmo tempo simples. Aqui se incluem uma infinidade de amigos, que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui, enriquecendo minha formação, pois têm em mãos o poder de transformar a realidade. Estes são completamente importantes, em todos os aspectos. Vale salientar aqui a Carla; sua real importância com uma amizade eterna tornou a graduação mais especial.

Agradeço também à orientadora Profa. Me. Roberta Cava, por proporcionar uma contribuição incrível com seu conhecimento, orientando da melhor forma possível, fazendo deste trabalho uma pesquisa mais vantajosa. Assim, incluem-se nesse agradecimento especial todos os mestres que passaram por alguma fase, especialmente os que proporcionaram ricos conhecimentos na graduação, deixando contribuições essenciais, com especial atenção ao prof. Dr. Daniel Freire e Almeida, por sua dedicação total e apoio preciso durante todo esse período.

Os agradecimentos são infinitos, não caberia sua totalidade aqui, mas são distribuídos ao longo da vida.

RESUMO

O sistema internacional, denotado principalmente por questões práticas realistas, é dotado de atores relevantes que movimentam as relações internacionais, de modo que Estados, organizações e sociedade alcançam sempre novos avanços. Atualmente, os sistemas dotados pós guerras, e voltados para a vida ativa dos Estados, tem-se as vertentes de suas ações acerca da obtenção de poder, desenvolvimento econômico e avanços. Neste contexto, a comunicação, hoje completamente desenvolvida, com seus diversos meios tecnológicos, em principal atenção a internet, propõe as relações internacionais cooperação, e auxilia aos atores na interdependência precisa. Contudo, existem falhas, e como a vertente realista sugere sobreposição sobre o oposto, há vias de conflitos entre os Estados. E nesse campo intrínseco, de conquistas e lutas por poder, podendo ser o objetivo central de uma nação, surge aos Estados à utilização de documentos secretos. Nessa vertente, complexa e abstrusa, nações se fazem deste meio, ocultando a transparência, e majorando o seu poder no cenário internacional.

Palavras-chave: Comunicação. Segredo. Poder. Status Quo. Realismo.

ABSTRACT

The international system, which is denoted by practical questions, consists of relevant actors that move the international relations, so that States, organizations and society reach ever further progress. Currently, it has been taking advantage post-war systems and orientated way for an active life of States, it has discussed their actions about obtaining power, economic development and progresses. In this context, the communication, which are to this day totally developed with their several technological means, particularly internet, to propose the international relations cooperation, and help the actors in the strict interdependence. However, there are flaws, and as realistic dimension suggest overlap upon the opposite. There are conflicts among the States. In this intrinsic área of power struggles and conquests, it is able to the central part of nation, this way, it is possible to create secret documents to the States. It is on this complex and abstruse aspect nations use it to conceal the transparency and to increase then power on the international stage.

Passwords: Communication. Secrecy. Power. Status Quo. Realism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 A COMUNICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO NO SISTEMA INTERNACIONAL..	12
3 COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS.	18
4 O REALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	21
4.1 O REALISMO CLÁSSICO.....	21
4.1.1 Contribuição Realista: Os conceitos de Hans Morgenthau.....	22
4.1.2 John Herz e seus legados para as relações internacionais.....	23
4.1.3 O Realismo na atualidade e o quarto poder.....	24
5 QUARTO PODER: O AVANÇO DA MÍDIA.....	25
6 O SEGREDO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	31
6.1 AS VERTENTES DA VERDADE: A ESPIONAGEM E SUAS VIAS.....	38
6.2 A ESPIONAGEM NORTE-AMERICANA: CASO WIKILEAKS.....	40
6.3 A VERDADE POR TRÁS DO SEGREDO: CASO EDWARD SNOWDEN E OS ESTADOS UNIDOS NA OBTENÇÃO DO PODER.....	48
7 POLÍTICA DE STATUS QUO E O JOGO DE EQUILÍBRIO DO PODER.....	60
8 PODER E A POLÍTICA EXTERNA NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	63
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

A segurança internacional é uma questão fulcral no desenvolvimento do sistema internacional, refletindo assim na necessidade de transparência e a manutenção da paz. Com isso, é preciso estruturar fatores relevantes neste contexto, como o desenvolvimento dos Estados, através de suas relações econômicas, políticas, culturais e comerciais, com outros Estados e com os demais atores.

Deste modo, a diplomacia surge e eleva as formas de alcance dos Estados, bem como definem suas políticas externas, para que conquiste melhores patamares em desenvolvimento. Nesta questão, a diplomacia, estabelecendo as relações internacionais, direcionam para as posições referentes aos avanços dos Estados, proporcionando destaques econômicos, como forma de crescimento, e as políticas externas sendo o cerne diplomático, induzindo à uma visão sobre o poder existente no Estado.

Neste aspecto, a soberania dos Estados é ponto decisivo para melhores impulsos, para que alcance seu poder e, assim, prossiga com o seu crescimento. No entanto, entre as relações internacionais e seus conceitos, os Estados valem-se dos meios possíveis para se manterem nesse cenário intrínseco. Com isso, entre os meios capazes de garantia de desenvolvimento nasce o segredo. As informações secretas garantem altos alcances com maior sucesso, pois, na medida em que se utiliza esse meio é extinto políticas que interfiram nessa abordagem.

Dentro deste incógnito ainda, encontram-se os documentos secretos, mostrando que nem todas as ações são puramente leais e explícitas. É aí que se notam as muitas distorções a respeito das diplomacias estatais e as dissensões entre Estados soberanos. Deste modo, compreende-se que, em alguns casos específicos, ou por temer uma possível ameaça, por formular uma ameaça ou mesmo para evitá-la, acontece o emprego desses documentos secretos.

Mas o que estes documentos influenciam na política dos Estados? A questão é essencial, pois nesses documentos há notáveis aspectos relativos aos Estados e sua gerência de conflitos, determinando os resultados aos quais querem chegar e como chegar.

Os documentos secretos hoje existentes tiveram um início, apontado por Martin Wight através da diplomacia secreta e a espionagem¹. Sendo a diplomacia a arte da comunicação entre os Estados, como Wight destaca, o espião trabalhava para descobrir segredos e influenciar nas situações, de modo a beneficiar seu país².

É provável que a espionagem que cresceu junto com a diplomacia tenha deixado seus legados, aos quais se enquadram os documentos secretos. Então, assim como a diplomacia é propensa a guerra, é possível levantar o questionamento se os documentos secretos são possíveis causadores de guerras? A questão levantada proporciona o incômodo acerca do sigilo, já que não explicita as ações vindas dos documentos secretos.

Atualmente, as proporções diplomáticas são exorbitantes, expandindo-se proporcionalmente ao aumento dos meios de relacionamento e comunicação. O desenvolvimento dos Estados, em conjunto a nova globalização, possibilita muitas facilidades, mas a globalização no mundo desenvolvido também facilita a obtenção, pelo acesso muitas vezes secreto, de estratégias e dados importantes de outros Estados ou de sua própria sociedade, bem como a criação dos documentos secretos.

Para tanto, a diplomacia secreta não altera o contexto diplomático. E o sigilo, antes de conhecimento nas sociedades internacionais, torna-se obscuro, mas ainda sim mantido pelas nações. Mas cabe ressaltar; o que os Estados pretendem alcançar com a utilização dos documentos secretos?

Recentemente, surgiu o caso da Wikileaks, mantida por Julian Assange, uma organização que se dedica a divulgar informações sigilosas, geralmente relacionadas a questões diplomáticas, que divulgou documentos sigilosos dos EUA, em que denunciam ações ilícitas do Estado norte-americano. Mais recente ainda, através de Edward Snowden, foi divulgado mundialmente que os EUA mantinham espionagem através de suas agências sobre os seus cidadãos, e também se tornou explícito que espionaram, entre outros, o Brasil.

Tal ação gerou desestabilidade no cenário internacional, porque a atitude norte-americana é considerada uma questão de interferência à liberdade. Com isto, as conseqüências das ações do segredo interferem na segurança internacional, de

¹ WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. 2002.

² Ibid.

tal modo que a espionagem afeta, além dos envolvidos, o sistema internacional em geral.

Contudo, o sigilo envolve diversos aspectos, que geralmente levam em conta o poder e a busca pela hegemonia. Os países então, almejando interdependência, acabam não relacionando a interdependência necessária, e lutam para ter poder, e como descrito são conquistados da forma possível a se chegar a este posto maior. Com isso as ações passam a não concordarem com os princípios legalmente justos. Por esse caminho conflituoso é que podem culminar os documentos secretos, principalmente com a expansão da globalização e a revolução tecnológica, bem como o poder cibernético, conquistado gradualmente pelos Estados. Tais aspectos elevam o aguçamento estatal novamente ao poder, levando a diplomacia a um rumo ligado a manutenção sigilosa.

Portanto o que esses documentos realmente geram no sistema internacional? A grande questão fica em evidência, sendo necessário concluir se eles são possíveis ameaças de guerras. Mas, por outro lado, ainda é possível repensar, e indagar se de fato a transparência leva a paz? Pois, manter a segurança internacional é essencial no mundo globalizado pós Guerras, e suas interferências podem beneficiar apenas a alguns Estados, como também servir de ameaça e ataque a outros.

Sobretudo, antes de analisar o rumo dos documentos secretos e a real intenção dos países que os utilizam, é necessário abordar a questão da comunicação. Pois, além destes pontos importantes, a comunicação nasce nesse sistema como elemento fundamental às relações internacionais.

A comunicação neste meio é o setor fulcral entre os atores, em todas as esferas, pois é o elo que garante o desenvolvimento no sistema internacional, bem como o desenrolar dos elementos essenciais para que se chegue ao destino almejado.

Para tanto, é necessário compreender a abordagem que os Estados utilizam sobre os documentos secretos, procurando demonstrar o que os leva à criação e manutenção desses documentos e de sua importância nas relações internacionais.

Analisadas suas causas e consequências, é necessário identificar onde os Estados querem chegar mantendo ativos esses documentos secretos. Deste modo, determinar a conclusão a cerca dos segredos estatais apontará o rumo a qual se chega com essa ameaça e a interferência de um Estado no outro. Assim, torna-se

mais claro e objetivo as causas e necessidades das informações sigilosas, bem como o real interesse dos Estados em manter em segredo tais aspectos.

Desta forma, a pesquisa valeu-se de uma abordagem objetiva, obtendo dados por meio de leitura explorativa da bibliografia indicada. Trata-se de livros, artigos, documentos das Nações Unidas, bem como notícias veiculadas nos meios de comunicação. Por meio da literatura levantada, procurou-se contemplar satisfatoriamente a proposta do trabalho.

O desenvolvimento dividiu-se três partes: na primeira, foram feitos o levantamento bibliográfico e leitura dos estudos referentes ao tema proposto, para, em seguida, explorá-la com base nas hipóteses apontadas na pesquisa. Finalmente, na terceira etapa, procurou-se estabelecer conclusões obtidas a partir das percepções proporcionadas pelos estudos analisados. O intuito não é conceder uma conclusão absoluta sobre a discussão proposta, mas sim esboçar considerações possíveis em relação à temática estudada.

No primeiro capítulo, será abordada a fundamental relevância da comunicação e suas vias referentes aos avanços proporcionados, elaborando a importância de novos atores no sistema internacional, tendo em vista a forte influência da Organização das Nações Unidas (ONU), como fator de preponderância sobre conflitos e regulação das nações, negando a utilização do segredo como forma de poder. Assim, na medida em que há avanços da comunicação, aborda-se também a face da mídia que, com forte poder altera notoriamente as relações internacionais.

No segundo capítulo, será abordada a questão do segredo e sua real importância. Identificando as raízes existentes nesse meio complexo e o modo como se desenvolveu. Com isso, vale abordar a espionagem norte-americana, delatada através da organização Wikileaks e do ex-funcionário da NSA Edward Snowden, identificando as verdades do segredo.

E para contemplar qualitativamente o trabalho, será abordada no terceiro capítulo a política de status quo, proporcionando certo equilíbrio de poder no cenário internacional. Para tanto, é abordado também o conceito realista nesse contexto.

2 A COMUNICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO NO SISTEMA INTERNACIONAL

Em um cenário pós guerras, em que surge no sistema internacional a notável influência de novos atores, o mundo atual passa a seguir a fundamental transformação inerente às relações internacionais. As atuais transformações ligadas às sociedades seguem se formulando, de tal forma que as sociedades se caracterizam pela complexidade crescente, na mesma medida em que ganham relevância na sociedade contemporânea os fenômenos da globalização, da interdependência, e da crescente influência dos meios de comunicação, gerando poder aos Estados.

A globalização, então, traz para a dinâmica do mundo global contemporâneo, novos aspectos, inclusive de interação e informação social, de modo que cabe as sociedades estatais a completa adaptação às evoluções da nova era global. Desta forma, a globalização expressa na sociedade global uma expansão capitalista, envolvendo na amplitude das nações modos de produção e as civilizações, aspectos também em transformação³.

Por conseguinte, implica que esta sociedade global contemporânea se submerge em realidades ainda não totalmente conhecidas, mas necessárias, pela necessidade de tornar-se vigente neste cenário complexo⁴. Todavia, a globalização confronta novos contextos às sociedades, o que faz com que, com os diversos novos aspectos relevantes ao desenvolvimento, o cenário nacional expanda-se, de modo que as suas fronteiras territoriais não são mais barreiras, implicando novas realidades a serem executadas, e juntamente às transformações, se revigora o transnacionalismo, já vigente.

Para tanto, em similar conformidade e junção, as crescentes transformações da globalização transcendem a comunicação, de tal maneira que os novos enquadramentos se justificam cada vez mais, afirmando a autonomia das nações soberanas. Com isso, a partir do surgimento e perpetuação da comunicação como mais uma forma de poder, os Estados, buscando sua ascensão, vão se reorganizando e alcançando a soberania visada, o que aponta que a questão da informação torna-se um ponto chave neste cenário político.

³IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁴Ibid.

Sobretudo nos novos tempos de globalização, o poder passa a se basear na informação, e sua difusão aos cenários nacionais e internacionais dispõe as estruturas de poder já existentes e consolidadas, o que acaba culminando em uma ameaça à atual prática política e à liderança de uma nação⁵. A nova era informacional modifica os fatores antes perpetuados, e assim as influências do poder estatal em sua postura no sistema internacional, culminando em novos patamares e disputas a cerca das relações com outros atores, também globalizados.

Porém, esses novos meios proporcionam questões satisfatórias aos avanços dos Estados, de modo que podem mais facilmente alcançar sua total capacidade. Tais questões são definidas delineadamente, sendo que “A globalização e a informacionalização, determinadas pelas redes de riqueza, tecnologia e poder, estão transformando nosso mundo, possibilitando a melhoria de nossa capacidade produtiva, criatividade cultural e potencial de comunicação”⁶.

Comunicação e poder então se sobrepõem como pontos decisivos às relações internacionais. E deste modo a comunicação vai tomando maiores proporções, bem como surgem novos meios de uso, de forma a facilitar as informações e aumentar o poderio doméstico e também o do sistema internacional, este, na medida em que o Estado nacional já não está mais só, ou seja, está dentro e age no cenário internacional, agindo político e economicamente.

No momento atual e para a questão da determinação do conceito de soberania, há determinações concretas quanto a capacidade evolutiva da globalização.

A globalização – e o conseqüente desenvolvimento das telecomunicações e dos transportes convencionais – tem, ao mesmo tempo, unido o mundo numa economia global única e provocado a difusão de todo tipo de informação, com uma rapidez simplesmente impensável há 50 anos⁷.

A informação tem consigo um poder supremo, o qual pode ao mesmo tempo beneficiar, ou “enfraquecer governos”. Surge assim, segundo este

⁵ PERINI, Raquel Fratantonio. A soberania e o mundo globalizado. **UFSC**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21969-21970-1-PB.htm>>. Acesso em: 02 out. 2014.

⁶ CASTELLS. Manuel. **O poder da Identidade**. Editora Paz e Terra Ltda. 2010. p. 93.

⁷ WRISTON, apud PERINI, Raquel Fratantonio. A soberania e o mundo globalizado. **UFSC**. Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21969-21970-1-PB.htm>>. Acesso em: 02 out. 2014.

aspecto, um dilema da globalização, em que enquanto o governo manter seu monopólio da informação, o mesmo terá certo controle de sua sociedade, porém, ainda com grande precisão, está aliado ao sistema internacional globalizado⁸.

Assim, em contraposição a melhora da capacidade produtiva, sobrepõe-se o fato de que em contrapartida as melhoras, o poder acaba “privando as sociedades”, as priva de suas ações e influências, bem como de seus direitos na política, sendo ativa⁹. No entanto, é notável que a participação da população no cenário nacional atualmente é forte, o que repercute internacionalmente, tendo em vista que quando as sociedades têm acesso à informação, este instrumento de poder se expande, tornando ativas as classes antes desconsideradas. E é relevante ir mais afundo, em uma definição pertinente a atuação social em conformidade a comunicação como forma de poder.

Assim, segundo uma antiga lei da evolução social, a resistência enfrenta a dominação, a delegação de poderes reage contra a falta de poder, e projetos alternativos contestam a lógica inerente à nova ordem global, cada vez mais percebida pelas pessoas de todo o planeta como desordem¹⁰.

Todavia, a sociedade não pode ser definida sem estar com suas “ferramentas tecnológicas”, definido que a tecnologia é a própria sociedade. E é deste modo, com a sociedade interligada a tecnologia e vice versa, que se concretizam os novos aspectos em produção, desenvolvimento e comunicação¹¹.

Concomitantemente, através de uma fusão de poderes, a força política ganha forma com a força econômica, conquistando assim o maior controle da informação, aumentando para as nações seu poder internacional e nacional, por consequência¹².

Por esta via de poder, a soberania alcançada com a comunicação passa a denominar as políticas, fator ao qual identifica a proporção dos mais poderosos. Com isso, as disputas pelo status quo se acirra, pois o sistema internacional acaba sendo mantido com tal política.

⁸ PERINI, Raquel Frantantonio. A soberania e o mundo globalizado. **UFSC**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21969-21970-1-PB.htm>>. Acesso em: 02 out. 2014.

⁹ CASTELLS. Manuel. **O poder da Identidade**. Editora Paz e Terra Ltda. 2010. p. 298.

¹⁰ Ibid., p. 94.

¹¹ CASTELLS. Manuel. **A sociedade em rede**. Editora Paz e Terra Ltda. 2010. p. 43.

¹² SCHILLER. Herbert I. **O Império Norte-Americano das Comunicações**. Editora Vozes. 1976. p. 11.

Apesar disso, a verdade é que a única forma de se prosperar na economia atual é fazer parte dessa "rede global de economia" criada pela globalização, o que, por sua vez, só pode ser feito se os Estados permitirem a seus cidadãos o livre uso da rede de comunicações mundial, já que é através dessa rede de comunicações que o dinheiro, o capital, parte dos produtos e serviços e do intelecto humano circulam atualmente. Em outras palavras, uma nação só conseguirá prosperar se seu governo ceder o controle sobre o fluxo de informações¹³.

Desta forma, com o vasto campo da informação, se torna cada vez mais estreito impor a soberania através da informação, sem que ambas andem junto, pois tais aspectos são compartilhados, de modo que não se tenha um sem o outro, levando em consideração que o monopólio conquistado é vindo desta cooperação, caso contrário se torna defasado.

Entretanto, os sistemas são dotados de autonomia, e, portanto, conforme buscam seus benefícios e avanços adaptam sua comunicação conforme a melhor maneira. O discurso, ramo da comunicação e essencial a diplomacia e às relações internacionais, pode alterar o modo de ação como vemos, pois este meio carrega o campo da manipulação¹⁴.

Em relação à autonomia seguindo a comunicação, em avanço e transformação, no capitalismo, como modo de ação do sistema vigente, a busca por benefícios se assimila ao avanço do desenvolvimento, e neste contexto também, a visão de como se forma o Estado, ou seja, a aparência se faz a totalidade da realidade. A partir dessa questão, socializa-se a construção do conceito de individualismo, de modo que o poder determina quem está acima¹⁵.

Tendo em vista o grande poder da comunicação na conquista de novos elementos de poder pelos Estados, e o alastramento deste meio como avanço para conquistas no cenário internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou em 1970, apoiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), propõe o projeto internacional Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação. O relatório Many Voices, One World, parte desse projeto, já apontava:

¹³ PERINI, Raquel Fratantonio. A soberania e o mundo globalizado. **UFSC**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21969-21970-1-PB.htm>>. Acesso em: 02 out. 2014.

¹⁴ FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. Editora Ética. 1998.

¹⁵ Ibid.

“A comunicação mantém e incentiva a vida. Também é o motor e expressão da atividade social e da civilização; guia as pessoas e povos do instinto à inspiração, por meio de variados processos de questionamento, comando e controle; cria um conjunto comum de idéias, fortalece o sentimento de unidade através da troca de mensagens e traduz em ação. [...] A comunicação integra conhecimento, organização e poder”¹⁶.

Estando então no sistema internacional, e este com os novos atores, a comunicação se espalha. No entanto, ao mesmo tempo em que a comunicação e a informação se expandem por todos os continentes, passa também a identificar ainda mais o domínio de um país sobre o outro, de um ator sobre o outro, impulsionando a identificação de que o poderoso sistema de comunicação assegura a liberdade conforme quem a possui necessita¹⁷.

Ao notar a proporção comunicacional, atrelada ao cenário político, o país mais dominante utiliza os meios de comunicação para sua ascensão e conseqüentemente para sua defesa, identificando seu poder aonde ainda quer chegar, mostrando-se ativamente competitivo e soberano com seus meios¹⁸.

Neste sentido, com o relatório, pode-se ir mais afundo neste aspecto de transformação e a conformidade dos avanços de poder e domínio:

[...] os meios de comunicação estão em processo de transformar os dados básicos de comunicação dentro de cada nação, oferecendo novos sistemas de permuta, mudando completamente as condições que governam a transmissão de conhecimento, abrindo uma ampla gama de possibilidades de tornar a educação formal e não-formal mais disponível, trazendo cultura para as pessoas, e promovendo conhecimento e técnica. Eles estão criando condições que permitem um constante enriquecimento individual e permite às populações de todas as nações tomar parte em seu próprio avanço e ampliar sua perspectiva para tomar parte na comunidade internacional como um todo¹⁹.

Ao mesmo tempo, a comunicação facilita a ascensão de uma potência e beneficia as sociedades; porém, é notável que não chega e nem mesmo se estabelece a todos. E então surge um problema na esfera da comunicação, que sempre ganham um caráter político, social ou econômico, em que é preciso restabelecer os conceitos, e, assim, ampliar os princípios existentes nesse método,

¹⁶ NAÇÕES UNIDAS. **Many Voices, One World**. Report by the International Commission for the Study of Commission Problems. London: Kogan Page, 1980.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ SCHILLER. Herbert I. **O Império Norte-Americano das Comunicações**. Editora Vozes. 1976.

¹⁹ NAÇÕES UNIDAS. **Many Voices, One World**. Report by the International Commission for the Study of Commission Problems. London: Kogan Page, 1980.

para que os benefícios vindos do conhecimento da informação cheguem a todos, sem ser negados a sociedades menos desenvolvidas²⁰.

Para alcançar sua ascensão nesta esfera, as sociedades individualmente terão que buscar suas escolhas, mobilizando as ações tomadas em diante para que também alcance a comunicação como benefício a si, sem ultrapassar sua soberania, de modo a manter-se estável e com domínio.

Esse arsenal que é a comunicação, e seus meios no alcance do poder, exprime, contudo, a total junção sociedade e governo, o que implica que informação se torna o elo essencial nesse campo; com a perspectiva desse intrínseco cenário, a informação é a chave mestra para a luta da sociedade, e também para os governos gerirem seu campo doméstico e as suas relações internacionais.

Ao que diz respeito à complexa, mas essencial, comunicação, o relatório ainda afirma que:

[...] a comunicação se tornou um arsenal de signos e instruções, tendendo a reforçar o poder de grandes organizações – públicas ou privadas, nacionais ou transnacionais. Uma organização assim tem capacidades para avançar no planejamento o no processo de decisão, e, dessa forma, de comandar, muito além daqueles grupos desunidos de cidadãos que possuem apenas fragmentos de informação. Toda informação que pode ser usada é, então, uma fonte de poder. Por esta razão, existe a necessidade de mudanças na perspectiva e no comportamento daqueles que controlam as fontes de informação e os meios de transmissão²¹.

²⁰ CAVA, Roberta. **Esfera pública e meio ambiente**. 2011. 94 f. Dissertação (Relações Internacionais) – Programa de pós-graduação em ciência política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

²¹ NAÇÕES UNIDAS. **Many Voices, One World**. Report by the International Commission for the Study of Commission Problems. London: Kogan Page, 1980.

3 COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

A Organização das Nações Unidas é uma organização internacional formada por países que reuniram-se voluntariamente com o intuito de trabalhar pela paz e desenvolvimento mundiais²².

Logo na sua fundação, em 24 de outubro de 1945, ficou definido, na Carta da ONU que seus membros, cada qual vindo de um lugar distinto do planeta, se comunicariam em seis idiomas oficiais: inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo. De acordo com a mesma Carta, para que a ONU pudesse atender seus múltiplos mandatos, teria seis órgãos principais, sendo eles a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado²³.

Para compreender essa nova era global, e perceber a grande influência de novos atores nas relações internacionais, bem como a grande transformação da comunicação e seus meios como forma de alcançar poder e soberania, é preciso rever conceitos passados, que intencionalmente provocam o desenvolvimento vigente.

Após os grandes e devastadores conflitos, a Carta das Nações Unidas surge do seu alastramento e das enormes destruições, e pela luta da liberdade não existente nesses períodos. Busca-se então, direitos fundamentais às sociedades pós guerras. Almejando a manutenção da paz, bem como a preservação social, nasce no cenário mundial um importante ator, que implica com seu surgimento os aspectos, já enraizados, da comunicação, forma de conhecimento para meios palpáveis para se chegar à paz.

A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco em 1945. Portugal foi admitido como membro das Nações Unidas em sessão especial da Assembléia Geral em 1955, em um acordo entre os EUA e a então União Soviética (resolução 995 da Assembléia Geral). A declaração de aceitação por Portugal das obrigações constantes da Carta foi depositada junto do Secretário-Geral em 1956.

A Carta das Nações Unidas - que foi esboçada pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Rússia em Dumbarton Oaks, em 1944, e completada por uma conferência internacional de todas as potências aliadas em São Francisco

²² CONHEÇA a ONU. **ONUBr**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/conheca-a-onu/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

²³ Ibid.

em abril de 1945 - estabeleceu uma organização mais autoritária do que havia sido a Liga no que diz respeito à segurança mundial²⁴.

O documento se esforça em reforçar e encorajar as nações a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos incalculáveis à humanidade, a reafirmar a crença nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas, a estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional; promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade.

Desta forma, é possível praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos; unir forças para manter a paz e a segurança internacionais; garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum; empregar mecanismos internacionais para promover o progresso econômico e social de todos os povos, conjugar os nossos esforços para a consecução desses objetivos²⁵.

Deste modo, se analisado em todos os possíveis ângulos, é notável que a Carta, com os direitos e deveres, passa expandir a ideia da necessária cooperação e da interdependência, como forma de não geração de conflitos, bem como a manutenção da paz. Tais aspectos são trazidos ao contexto atual apoiados pela comunicação, que eleva a cooperação entre nações e outros atores no contexto internacional, na medida em que, tendo informação torna a revigorar o transnacionalismo.

A ONU, então envolvida por um número significativo de países, ratificada através da Carta, condiciona a expansão da cooperação contra as guerras. Contudo, dotada dos requisitos específicos ao que se formula a ONU, a Carta das Nações Unidas proporciona ao contexto mundial, através principalmente de seus membros, sociedades seguras, desenvolvimento em conjunto com o mundo globalizado, e a informação.

Todavia, a Carta é pautada, de fato, do que se torna essencial aos novos cenários, tendo em vista que juntos, após sofrerem com as guerras, determinam

²⁴ WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. 2002. p. 222.

²⁵ CARTA das Nações Unidas. **GDDC**. Direitos humanos – Instrumentos e textos universais.

suas questões referentes ao desenvolvimento, pois diferente das antigas eras, a comunicação os beneficia, auxiliando nos impulsos econômicos para alcance hegemônico. Porém, assim como direitos e a segurança, a Carta implica deveres, com certas restrições, principalmente quando a questão é tecnologia, para garantir, como defendido, o desenvolvimento igual a todos.

Em vista disso, os nossos respectivos governos, por intermédio dos seus representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem os seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, adotaram a Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas²⁶.

A presunção existente por trás da Carta era a de poder incontrolável por parte dos estados vencedores e de que uma nova agressão somente deveria ser temida por parte de seus ex-inimigos. O efeito disso foi colocar as grandes potências fora da organização em todos os assuntos que elas próprias resolvessem considerar seus interesses vitais, além de colocá-las acima da lei, cuja obediência eram capazes de impor às pequenas potências²⁷.

²⁶ CARTA das Nações Unidas. **GDDC**. Direitos humanos – Instrumentos e textos universais.

²⁷ WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. 2002. p. 223.

4 O REALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Teorias das Relações Internacionais são utensílios por meio dos quais pode-se compreender e explicar os fenômenos relativos à ação humana que transcende o espaço interno dos Estados, ou seja, que tem lugar no meio “internacional”. Possuem como finalidade elaborar métodos, e conceitos, de modo a facilitar o entendimento da natureza e do funcionamento do sistema internacional, bem como estudar os fenômenos, atores e acontecimentos importantes que moldam a política mundial. A corrente realista é um dos grandes paradigmas do estudo das Relações Internacionais, juntamente com o liberalismo. Outras vertentes teóricas podem surgir, mas é importante retomar às duas que serviram de alicerce para o estudo da teoria das relações internacionais.

Para os realistas, a ordem mundial é um padrão de atividades que sustentam os objetivos primários da sociedade, estados ou sociedade internacional. Para os realistas, a principal característica de um sistema internacional, é a configuração da relação de poderes entre os Estados-Soberanos²⁸.

4.1 O REALISMO CLÁSSICO

Existem duas características comuns a vários realistas, mas que não são propriamente conceitos: a primeira é a ênfase no que acontece no sistema internacional, o que se traduz por considerar que o que ocorre dentro dos Estados não é relevante para a análise das relações internacionais. É o que alguns chamam da imagem do Estado como uma caixa preta. A segunda é um pessimismo pronunciado e definitivo em relação à natureza humana²⁹.

O realismo tem como uma de suas premissas básicas o Estado sendo cerne das Relações Internacionais, de tal modo a ser um ator unitário – representando uma totalidade – e racional – maximizando ganhos e minimizando perdas. Uma das premissas realista tem a sobrevivência como o maior desejo do Estado, deriva do conceito de anarquia, onde há ausência de Governo mundial, que engendra a busca pela sobrevivência no cenário internacional, visando sua permanência no sistema³⁰.

²⁸ OLIVEIRA, E. N. **Teoria Realista**. Acadêmico Direito. FGV. 2008.

²⁹ OLIVEIRA, E. N. **Teoria Realista**. Acadêmico Direito. FGV. 2008. p. 23 - 24.

³⁰ SANTOS, A. M. 84. **O realismo na teoria das relações internacionais**. Caderno De Relações Internacionais. V.3, N.5 (2012).

Ressalta-se que o poder do Estado não é definido por suas próprias capacidades, mas sim pela comparação com os demais Estados rivais sendo notável a influência realista de Tucídides ao afirmar que o medo do concorrente se tornar mais poderoso é considerado a causa da guerra. Igualmente, faz-se importante destacar que a forma como os Estados interagem é tida como um sistema de autoajuda. Significando que como não há um Governo mundial, ou qualquer outra autoridade supranacional, para que seja assegurado o cumprimento de regras e a segurança dos Estados³¹.

Os realistas, de modo geral, enxergam o cenário da política internacional como um palco propício para conflitos, já que os Estados são livres para tomarem suas próprias decisões, não havendo um Governo mundial. São tidos como racionais, buscando zelar pela segurança de tal modo a garantir a sobrevivência no sistema. Independentemente das razões, tanto o realismo clássico quanto o neorealismo salientam que as relações de poder e a lógica da autoajuda são características fundamentais das relações entre os Estados em um ambiente anárquico³².

Para a corrente neorrealista, no entanto, os Estados, ao se comportarem de forma racional, devem levar em consideração o comportamento dos outros Estados. Desse modo, a forma como os Estados se relacionam influencia no comportamento de cada membro do sistema internacional. Dessa forma, há uma grande diferença entre as duas vertentes no nível de análise. O realismo clássico atribui os resultados das relações internacionais ao comportamento de cada Estado, de forma individual, enquanto o neorealismo atribui esses resultados a toda estrutura do sistema, não só ao Estado³³.

4.1.1 Contribuição Realista: Os conceitos de Hans Morgenthau

Morgenthau apresenta princípios básicos para lidar e analisar as Relações Internacionais. Estes são os princípios que divergem o realismo de qualquer outro paradigma da teoria das Relações Internacionais:

³¹ SANTOS, A. M. 84. **O realismo na teoria das relações internacionais**. Caderno De Relações Internacionais. V.3, N.5 (2012).

³² MORGENTHAU, H. J. **A Política Entre As Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz**. Editora da Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

³³ Ibid.

1º Princípio: a política, tal como a sociedade em geral, é governada por leis objetivas, que refletem a natureza humana;

2º Princípio: todo e qualquer interesse dos atores internacionais deve ser traduzido em sua pretensão de alcançar mais poder para si. Para Nogueira e Messari, Morgenthau acredita que esse segundo princípio protege o realismo de duas falácias: a preocupação com as motivações e com as preferências ideológicas; e para ele o uso da razão caracteriza a esfera política³⁴;

3º Princípio: o conceito de interesse traduzido em poder é uma categoria objetiva de validade universal, ou seja, é constante na história da humanidade;

4º Princípio: os princípios morais universais não podem ser aplicados aos atos dos Estados, senão filtrados e analisados a partir das circunstâncias de tempo e lugar. Este princípio enfatiza a ideia da separação entre moral e ação política, isto é, a política é dominada pelo poder e, dessa forma, quando se analisa qual a influência da moral e da ética na política, percebe-se que eles geralmente são usados como mecanismos de justificação e legitimação do Estado;

5º Princípio: as aspirações morais de uma nação em particular não podem ser identificadas com os preceitos morais que governam o mundo. Os princípios morais de um Estado não podem nem devem ser considerados princípios morais universais, expansíveis para toda a humanidade³⁵.

A partir da análise desses princípios, pode-se concluir que, para Morgenthau, a política visa três objetivos: manter, aumentar ou demonstrar o poder. Sendo assim, estes três objetivos responsáveis pela manutenção do *status quo* do Estado, pela manutenção ou pela busca do prestígio³⁶.

4.1.2 John Herz e seus legados para as relações internacionais

Herz define as Relações Internacionais como leis gerais que regem as relações dentro de determinados grupos. Questões como supremacia, poder e

³⁴ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005. p.34.

³⁵MORGENTHAU, H. J. **A Política Entre As Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz**. Editora da Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

³⁶ Ibid.

sobrevivência caracterizam não apenas as relações entre Estados, mas também entre gangues urbanas ou até mesmo as relações entre animais³⁷.

O grande legado de Herz para as relações internacionais foi um conceito que ele denominou de Dilema de Segurança. Trata-se de quando um Estado quer garantir sua segurança e termina influenciando os outros Estados a ficarem contra ele. Dessa forma, todos os Estados acabam em uma situação pior que a inicial, mesmo que o objetivo tenha sido aumentar a segurança, pois gera uma tensão maior entre os Estados³⁸.

4.1.3 O Realismo na atualidade e o quarto poder

Atualmente, com as proporcionalidades dos avanços tecnológicos da globalização, o realismo passa a se assegurar nas vertentes das conquistas. Deste modo, denotando-se no sistema internacional, predominando como teoria, é proporcionando ainda mais influente pelas facilidades geradas pela tecnologia.

Todavia, com o desenvolvimento do quarto poder, com influências concretas nas relações internacionais, o realismo torna-se mais forte e sua teoria no sistema internacional mais relevante ainda.

³⁷ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005.

³⁸ WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Gradiva Publicações. Lisboa. 2002.

5 QUARTO PODER: O AVANÇO DA MÍDIA

No presente capítulo pretende-se abordar a pertinente influência da mídia no escopo das relações internacionais. Relacionando a relevância desse meio da comunicação que alcançou grande destaque e poder com seu desenvolvimento, sendo capaz de alterar conceitos no sistema internacional, impulsionando avanços aos Estados e maior notoriedade nas políticas externas e suas ações.

A ideia de quarto poder surgiu a partir de meados do século 19 como recurso no meio de sociedades democráticas: um órgão responsável por fiscalizar os abusos dos três poderes originais (Legislativo, Executivo e Judiciário). Esse poder, representado pela imprensa, teria como dever denunciar violações dos direitos nos regimes democráticos – o que ocasionalmente não acontece – nos quais as leis são votadas “democraticamente” e os governos são eleitos pelo sufrágio universal.

Por muitos anos, o quarto poder recebeu o título de “voz dos sem vozes” e seus representantes sofreram grandes retaliações por diversos segmentos, o que não impediu que se mantivesse como forte contrapeso na balança social com os demais poderes. A mídia, com suas ferramentas de alcance e representatividade, seria “os olhos e ouvidos” da humanidade, a vontade e opinião do povo. Inclusive, as informações produzidas/veiculadas pelo quarto poder são o meio pelo qual a opinião pública se expressa. Ou seria o contrário?³⁹

Envolvendo as variáveis facetas da diplomacia, a mídia, no contexto internacional atual, torna-se mais um ator analítico, determinante de classes e da própria política externa⁴⁰. Atualmente, é incompreensível o mundo, globalizado, sem a interferência dos instrumentos tecnológicos, e neste caso, os midiáticos juntamente, de tal maneira que esta questão já se perpetua, assim com e como a globalização, nos cenários mundiais.

As transformações da comunicação na área das relações internacionais expandiram a proporção da mídia e seu poder neste contexto, configuração a qual aperfeiçoa as atuações dos Estados, através de sua soberania. As alterações efetuadas por tais configurações midiáticas, facilitaram objetivamente a troca de

³⁹ NETTO. Reynaldo Carilo Carvalho. O “quarto poder” e censura democrática. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed765_o_quarto_poder_e_censura_democratica>. Acesso em: 13 out. 2014.

⁴⁰ BURITY. Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. **Revista Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/3349/5110>>. Acesso em: 15 out. 2014.

informações, geradora de poder, dando origem a chamada “sociedade em rede”⁴¹. De modo que a sociedade, hoje, torna-se atuante, tanto nas decisões governamentais quanto na política externa de seu país, e contribui, contudo, na modificação do cenário estatal no sistema internacional.

A atuação dos atores no cenário internacional, junto com as sociedades influentes, posiciona-se aos interesses de avanços políticos e econômicos. Deste modo, a diplomacia dos Estados passa a ser relacionada por fatores determinantes de prática do poder⁴². Todavia, os novos aspectos vigentes são atendidos pela comunicação, implicando influências nas relações internacionais, modificando, com isso, as decisões e ações, diplomaticamente falando, em que tais influências tornam-se denominadas “diplomacia midiática”⁴³.

Uma das principais instituições ostensivamente dedicadas a monitorar e supervisionar o poder do Estado é a imprensa especializada em política. A teoria de um “quarto poder” visa garantir a transparência do governo e proporcionar um mecanismo para conter abusos, dos quais a vigilância secreta de populações inteiras sem dúvida é um dos exemplos mais radicais⁴⁴.

No entanto, tendo em vista essas novas cenas nas relações internacionais, é preciso destacar que os atores da área internacional, ou tornando mais delimitado, os Estados, possuem ainda consigo as necessidades, antes as únicas, que ainda são vigentes, ou seja, a sede de poder. Assim, a propensão dos Estados ao poder se acirra, tornando-se mais influente e preciso alcançar o poder de forma mais viável, já que surgem facilidades nas facetas da comunicação.

Os Estados, a partir dos novos objetos, alteram notoriamente suas ações na busca pelo poder e a soberania. E a partir destas alterações precisas, eles têm fortemente a colaboração da comunicação, que age em conjunto a essas novas

⁴¹ CASTELLS. Manuel. **Sociedade em Rede**. Editora Paz e Terra Ltda, 2010.

⁴² BURITY. Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. **Revista Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/3349/5110>>. Acesso em: 15 out. 2014.

⁴³ GILBOA, apud BURITY. Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. **Revista Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/3349/5110>>. Acesso em: 15 out. 2014.

⁴⁴ GREENWALD. Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014. p. 223.

facetas, conduzindo à facilidade as maneiras para chegar aos objetivos, deste modo, enquanto atores ativos redimensionam-se ao alcance de suas perspectivas⁴⁵.

Na busca da ampliação de suas capacidades em obtenção do sucesso e de alcançar mais poder internacionalmente, os Estados utilizam-se então dos recursos da informação, sendo fortes instrumentos para suas atuações em suas políticas externas. Neste cenário intrínseco, surge assim o termo *cyberpolitik*, uma nova maneira de se fazer política internacional, utilizando da comunicação e das estruturas midiáticas, em que os Estados os têm como novos agentes diplomáticos⁴⁶. Tal conceito amplia ainda mais a ação do poder oferecido pela mídia como influência aos Estados.

Pautados então pela nova era tecnológica, que se desenvolvem sempre mais, e pela tendência ao poder, os Estados assumem a fortaleza vinda da mídia, que além de contribuir com a informação, principalmente na obtenção de novos campos e desenvolvimento, têm um grande impacto para alcançar a soberania. Pois, enquanto possuem a direção deste meio, os Estados se utilizam das maiores facilidades e proporções internacionalmente apresentadas, e conquistam, por suas ações, os postos ao qual almejam⁴⁷.

Deste modo, a nova face, tanto do cenário nacional, mas principalmente no cenário internacional, é estabelecida com o Estado e a globalização, sendo que não são mais ativos se não estiverem atrelados.

Neste sentido, os instrumentos de capacidade das nações passam a ser compromissados decisivamente pela globalização quanto as atividades econômicas, a mídia e até ao crime através da globalização⁴⁸.

Por conseguinte, a forte independência entre mídia e relações internacionais, estimuladas pelas transformações da era informacional, iniciam-se após a Guerra do Vietnã. No entanto, a disseminação deste meio dotado de grande poder ganha uma

⁴⁵ BURITY, Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. **Revista Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/3349/5110>>. Acesso em: 15 out. 2014.

⁴⁶ ROTHKOH, apud BURITY, Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. **Revista Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/3349/5110>>. Acesso em: 15 out. 2014.

⁴⁷ BURITY, Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. **Revista Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/3349/5110>>. Acesso em 15 out. 2014.

⁴⁸ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra Ltda. 2010. p. 288.

escala global em 1990, com a invasão do Iraque, indicando a “primeira guerra totalmente midiática”⁴⁹.

Com estes novos conhecimentos acerca das comunicações e seus meios, nasce mais um campo nas relações internacionais, a “diplomacia midiática”, que passa a gerenciar as influências da comunicação e a interferência do quarto poder, a mídia, um ator de poder, com notável atuação no estabelecimento da política externa dos Estados⁵⁰. A mídia, com suas ações auxiliadoras de busca ao poder, tem o próprio poder de determinar como será ressaltada a imagem ao qual o Estado deseja influir no sistema internacional e a sua sociedade, tanto quanto pode também omitir os aspectos aos quais não são satisfatórios na busca do poder.

Assim, com as determinações em suas mãos, através dos meios midiáticos, os Estados têm a autonomia de propiciar o que lhes beneficia, e alcançar os mercados que lhe causem avanços, bem como tornar mais visível e influente sua política externa como fonte de poder e hegemonia.

Por isso, muitas vezes o controle dos Estados acaba sendo desfavorável na esfera do poder, devido ao fato de estabelecer a posição e o status do país no sistema internacional, tornando-se desigual quando se depara com países menos desenvolvidos e com menos influências, tendo em conta que o alcance destes é menor, e suas ações perdem força ao enfrentar as potências mundiais.

Nesse contexto, o controle, instrumento para sustentação do poder de uma nação, na nova era informacional, com a mídia, enfrenta desafios, definidos pelo inter-relacionamento entre alguns fatores fulcrais ao desenvolvimento do Estado⁵¹.

[...] o Estado-Nação enfrenta três grandes desafios inter-relacionados: globalização e não exclusividade da propriedade; flexibilidade e capacidade de penetração da tecnologia; e autonomia e diversidade da mídia. [...] A diversificação dos meios de comunicação, a integração de toda a mídia em um hipertexto digital, abrindo caminho para a mídia interativa, e a impossibilidade de exercer controle sobre satélites que emitem sinais de comunicação além das fronteiras ou sobre a comunicação via computador por meio da linha telefônica, acabaram destruindo as tradicionais bases de defesa da regulamentação⁵².

⁴⁹ BURITY, Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. **Revista Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/3349/5110>>. Acesso em: 15 out. 2014.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ CASTELLS, **O poder da Identidade**. Editora Paz e Terra Ltda. 2010

⁵² Ibid., p. 298.

Tudo isto descrito, observa-se a certeza e a forte característica de que os governos detêm esse controle, fundamental a eles, sobre os meios de comunicação. Neste contexto, com as transformações da globalização, e com a junção do Estado com a mídia, em um elo fulcral ao estabelecimento da política externa do Estado e na disseminação midiática, bem como do Estado com a comunicação disseminada globalmente, criam-se novas fórmulas na questão da política externa dos Estados, afetando também seu contexto social, que têm novos lugares nesses novos cenários, e o contexto cultural⁵³, que torna-se usado como mais um ponto chave na eloqüência do poder.

Contudo, ainda sim a mídia é o espaço privilegiado da política, pois no contexto internacional é o que determina com sua persuasão e táticas aplicadas como o poder será alcançado, e as proporções para que se chegue a esse alcance. Pois, no contexto atual, a mídia é o mais poderoso, se não único, meio para execução e para adquirir o poder⁵⁴.

Para tanto, com o papel crucial da mídia na política governamental, os efeitos abrangentes são os que definem os aspectos sociais dos Estados, de modo que os acontecimentos na política, dominada pela mídia, é um processo revolucionário, aberto às políticas, na medida em que a mídia estrutura as políticas abordadas pelos Estados. Com isso há uma alteração entre sociedades e Estados⁵⁵.

Acima de tudo, os meios de comunicação têm suas raízes na sociedade, e seu grau de interação com o processo político é muito indefinido, visto que depende do contexto, das estratégias dos atores políticos e de interações específicas entre uma série de aspectos sociais, culturais e políticos⁵⁶.

E com isto, na constante atuação dos Estados por conquistas que os beneficie, sem exceção, todos entram neste jogo de comunicação, determinante de status e de autonomia dos Estados no sistema internacional⁵⁷. Todavia, a forma como atuam neste cenário não são as mesmas, da mesma forma que as realidades são distintas, e com isso os meios utilizados, por isso a constante distinção entre a posição de um Estado frente ao outro. Mas, mesmo com as distinções existentes neste jogo ao poder, os propósitos são os mesmos, ou seja, alcançar e possuir

⁵³ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra Ltda. 2010.

⁵⁴ Ibid., p. 367.

⁵⁵ Ibid., p. 368.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ibid., p. 367.

poder, sendo que é este conceito o definidor do grau de desenvolvimento e o patamar de cada Estado.

6 O SEGREDO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O segredo contém uma tensão que se dissolve no momento da revelação. Este momento constitui um ponto alto na evolução do segredo; nele se concentram e culminam uma vez mais todos os seus atrativos, de maneira análoga a como o momento em que mais gozamos o valor do objeto, é o momento do gasto monetário. [...] O segredo também se faz acompanhar do sentimento de que não o podemos trair [...] Por isso o segredo ocorre envolto na possibilidade e na tentação da revelação; e com o risco externo de que seja descoberto, se combina este intento de desvelá-lo que se assemelha à atração do abismo⁵⁸.

Hodiernamente, em um mundo desenvolvido, a questão dos segredos é parte da dinâmica internacional. Mas esse elemento excêntrico no sistema internacional não é abordado apenas no contexto recente que vivenciamos; surge em antigas eras, já estabelecidas em um cenário anárquico, dotado de conflitos.

Com efeito, na medida em que há nações em busca de poder em contraponto a outras nações, recorrendo a suas medidas possíveis para conquistar novos patamares e se estabelecerem conforme as transformações, há também os conflitos, geradores de guerra e destruições, como ocorre na maioria das vezes. Dessa forma, nesse cenário realista, as ações abordadas pelos Estados vão denotando suas ascensões.

Por conseguinte, enquanto o cenário internacional se perfaz de ações delicadas, que podem começar um possível conflito a qualquer passo, vão se desenvolvendo através dos Estados os documentos secretos, auxiliados e utilizados pela diplomacia secreta, base mantida, por sua vez, pelos Estados.

A lei reguladora sobre o assunto dos documentos secretos no Brasil é a lei 4.553/02, que estabelece quatro graus de sigilo:

- 1- Ultrassecreto: informações referentes à soberania e à integridade territorial nacionais, planos e operações militares, relações internacionais do país, projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico de importância para a defesa nacional e programas econômicos, cujo conhecimento não-autorizado possa acarretar dano excepcionalmente grave à segurança da sociedade e do Estado. Prazo máximo: 30 anos, prorrogáveis.

⁵⁸ SIMMEL, 1906, p. 466 apud PINHEIRO, Ruan Sales de Paula. **Segredo e transparência nas relações internacionais: lições do caso norte-americano**. 2011. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

- 2- **Secreto:** informações referentes a sistemas, instalações, programas, projetos, planos ou operações de interesse da defesa nacional, temas diplomáticos e de inteligência e planos ou detalhes, programas ou instalações estratégicas, cujo conhecimento não-autorizado possa ocasionar dano grave à segurança da sociedade e do Estado. Prazo máximo: 20 anos.
- 3- **Confidencial:** informações que, no interesse do Poder Executivo e das partes, devam ser de conhecimento limitado e cuja revelação não-autorizada possa fracassar seus objetivos ou acarretar prejuízo à segurança da sociedade e do Estado. Prazo máximo: 10 anos.
- 4- **Reservado:** informações cuja revelação não-autorizada possa danificar planos, operações ou objetivos neles previstos ou referidos. Prazo máximo: 5 anos⁵⁹.

Essa lei também refere-se a 'guarda permanente', informações de valor histórico, probatório e informativo que devam ser definitivamente preservadas. Não trata-se de restrição à informação, mas da preservação física do documento.

A diferenciação de um documento ultrassecreto para um secreto, confidencial e reservado é a definição de 'dano excepcionalmente grave', 'dano grave', 'dano' e 'comprometimento'. A lei não faz uma lista do que é considerado excepcionalmente grave; sendo assim a autoridade responsável é quem classifica se algo vai causar um dano excepcionalmente grave ou apenas grave à segurança da sociedade⁶⁰.

Adentrando então nesse contexto do segredo nas relações internacionais, podemos analisar suas formas através da prática da diplomacia secreta quando do surgimento das embaixadas permanentes que floresceu no século XV⁶¹. Surge nesse contexto a prática do espião, definido como "um agente clandestino a procura de informações secretas"⁶², e ao entrar no tocante do florescimento das práticas da diplomacia secreta analisa que por completo essa prática é existente pela necessidade do país alcançar seu maior poder, sabendo assim das movimentações dos países opostos, poderia agir de modo a contrapor a atitude destes, e com isso melhor se estabelecer nesse campo.

⁵⁹ SILVA, M. C. Documentos Secretos. **Direito Folha Uol**. 2011. Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/blog/o-que-so-documentos-secretos>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. 2002. p. 107.

⁶² Ibid., p. 110.

Contudo, o espião era para seu país uma chave essencial para alcançar novos patamares, sendo um espião honrado, que “[...] significava não somente descobrir segredos, mas também ser capaz de influenciar a situação, de maneira a servir aos interesses do seu próprio governo [...]”⁶³.

Assim, neste contexto, a diplomacia vai se perfazendo das práticas envoltas ao segredo, mantidos pelos Estados, de modo que já são denotadas como sendo a mesma, ou seja, uma complementa a outra. Tal definição perdurou por muito tempo, desagregadas apenas no século XIX⁶⁴.

No entanto, ao mesmo tempo em que a definição de diplomacia não se iguala mais a espionagem, a prática continuou, bem como o serviço diplomático foi se aperfeiçoando, e acompanhando as transformações vigentes.

Ao mesmo tempo, os serviços secretos cresceram pelas mesmas razões que os serviços diplomáticos: a expansão do sistema de estados e o crescimento do intercâmbio internacional. Provavelmente nunca será possível escrever a história da espionagem como uma instituição internacional, pois a maior parte das informações a respeito não existirá. Não há meios de saber, com certeza, com que frequência os dados obtidos por intermédio de fontes secretas de informação são valiosos, e muito menos de saber se, caso forem valiosas, decisões foram tomadas com base nelas⁶⁵.

Em consonância, para as nações em busca de poder e com foco seu estabelecimento no sistema internacional, em um cenário formado por potências e muitas soberanias interdependentes, um meio para conquistas de interesses é a guerra, pois a retomada desse aspecto, um dia determinante, proporciona ao alcance do Estado àquilo que é vital para si⁶⁶.

Essencialmente, nesta linha de raciocínio, é fulcral analisar que diante destes aspectos de conflitos, voltados para a questão da espionagem e o fato de os Estados conservarem os documentos secretos, as nações tornam-se, em suma, revestidas de desconfianças, pois passa a ser fundamental para elas se protegerem das ameaças vindas de outras potências, sem terem garantias de que as ações apresentadas são mesmo as aplicadas ou até mesmo se tornaram públicas, de modo que a segurança passa a ser mais repreensiva e mais forte⁶⁷.

⁶³ WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. 2002. p. 110.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Ibid., p. 111.

⁶⁶ Ibid., p. 95.

⁶⁷ Ibid., p. 93.

Todavia, em se tratando do cenário internacional, mesmo que haja predominância de conflitos, ainda sim há a cooperação. E este conceito, na medida em que a diplomacia se enquadra nesse contexto, assim como as instituições e o direito internacional, as políticas estatais passam a ser reguladas.

Contudo, não se pode omitir a relevância e fundamental existência da sociedade, hoje com uma atuação mais abrangente e decisiva, que, ligada às relações dos atores, corresponde aos objetivos fulcrais de seu governo⁶⁸.

Neste tocante, ainda com a formação da sociedade, suas vertentes vão formando a sociedade internacional, caracterizada pela combinação das sociedades derivadas dos Estados⁶⁹. Deste modo, a sociedade internacional existe pelo fato de que há o direito internacional, ou seja, há entre o sistema internacional regras que delimitam direitos e deveres, regulando assim as sociedades internacionais na manutenção da paz⁷⁰.

Nesta linha de raciocínio, nas vertentes do sistema internacional, dotado de uma sociedade internacional e direito, as vias para obtenção do poder se atenuam, e, assim, a questão de como alcançar, e os objetivos para as formas de alcance, que denotam também o segredo. Desta maneira, a sociedade internacional se faz mais presente e torna-se determinante da situação, permitindo florescer no cenário internacional as políticas do poder para o desenvolvimento dos países, em que as sociedades distorcem para o lado que julgam mais favoráveis.

Nesta questão, os Estados identificam a face do poder.

A política do poder por si só seria uma condição daquilo que Hobbes chamava de "guerra de todo homem contra todo homem", na qual cada potência dependeria totalmente de seus próprios recursos e procuraria "fazer-se por si própria". Mas nenhuma potência é capaz de elaborar toda sua política sem contar com outras potências, mesmo que possa contar com a neutralidade dessas últimas⁷¹.

Com isso, na medida em que os Estados podem agir sozinhos, apesar de não ser uma prática favorável, a política do poder volta-se novamente à prática da cooperação, ao invés do conflito, que, fundamentalmente, proporciona mais avanços, na medida em que realiza a interdependência, necessária atualmente, ao

⁶⁸ WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. 2002. p. 97.

⁶⁹ Ibid., p. 98.

⁷⁰ Ibid., p. 100.

⁷¹ HOBBS, apud WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. 2002. p. 155.

sistema internacional. Ressalta-se aqui que, para alcançar o desenvolvimento, é preciso de um ator se contrapondo ao outro, sendo que uma só nação pode se sobrepor sobre outra; porém, ainda não se exclui desta estrutura a formulação de conflitos, e quando o Estado independente se volta aos cenários globais debate com a realidade da interdependência e a cooperação.

Então, neste vasto campo de relações internacionais que ultrapassam as fronteiras territoriais através da comunicação, em um contexto em que os Estados pautam suas práticas correlatas às políticas de busca para atingir poder, surge, assim como a cooperação, o equilíbrio de poder, denotando mais uma vez para o não surgimento de conflitos nas disputas entre Estados.

O equilíbrio de poder impulsiona os Estados a relacionarem suas relevâncias similares a de outras nações, esquivando-se de seu contexto geográfico e ajustando suas práticas em conformidade a outras afinidades vigentes. Com isso, voltam-se mais profundamente às práticas diplomáticas, estabelecidas para a comunicação leal entre as nações, de modo a se relacionarem pacificamente; assim, o equilíbrio de poder reafirma essa prática, bem como o potencial militar do Estado, garantidor de sua força⁷².

Contudo, ao relacionarem suas forças no contexto internacional, as nações podem se pautar pela prática da cooperação, que as leva, de forma interdependente, a definir mais habilmente suas estratégias e garantir os objetivos de alcance do poder, porém, sem necessariamente destruir outra nação. Tal cenário remonta à comunicação atual por meio da facilidade em relações, através de alianças e do comércio internacional, assim como o destaque para sua política externa, mantendo boas relações. A comunicação no sistema internacional é instrumento, então, para alcançar o desenvolvimento.

Entretanto, não se afastando desta linha de cooperação e equilíbrio de poder, mas voltando-se para a questão dos documentos secretos, é fundamental associá-los ao contexto internacional. Então, com isso, é possível analisar suas causas em referências aos conflitos. Destacado então o nascer da diplomacia secreta, as ações envoltas ao segredo se tornam prejudiciais, na medida em que o oculto passa a surpreender determinada prática.

⁷² WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. 2002. p. 167.

Ao repensar esta prática, denotam-se neste mesmo contexto os motivos da Primeira Guerra Mundial⁷³, que, entre alianças e apoios, há ações secretas de determinados Estados que mudam o resultado final. O segredo modificou essa história — A diplomacia secreta não provocou a Primeira Guerra, mas é claro que ela tem a ver com a rapidez com que a guerra cresceu. Era difícil saber o que o país vizinho estava fazendo e traçar os passos. Tudo corria por debaixo dos panos dos gabinetes das chancelarias⁷⁴.

Deste modo, revelar essa prática denota interesse próprio, provocando revelar conceitos realistas, existentes no sistema internacional.

A prática de se revelar documentos secretos como maneira de “criar” fatos é tão antiga quanto a existência dos próprios documentos secretos. Talvez dois exemplos recentes bem elucidativos sejam o vazamento do famoso “telegrama Zimmermann”, que teria contribuído para a entrada dos Estados Unidos na 1ª Guerra Mundial, e a publicação dos acordos secretos entre as principais potências da época encontrados pelos bolchevistas nos arquivos da diplomacia imperial russa logo após a tomada do poder em 1917. Note-se que a sensibilidade de governantes em relação ao que fazem secretamente não conhece limites: só com o final da União Soviética, em 1991, Moscou admitiu que havia protocolos secretos firmados entre a URSS e a Alemanha Nazista em 1939, estabelecendo a partição da Polônia entre os dois totalitarismos no ato que permitiu o início da Segunda Guerra Mundial⁷⁵.

Com efeito, considerando o grande impacto causado pela diplomacia secreta em conflitos, ou mesmo sendo geradora destes, o Presidente norte-americano Woodrow Wilson dedicou-se a esse tema. Desta forma, em seu discurso de promoção para paz relatou a extrema importância de haver confiança mútua no cenário internacional, conquistada pela prática das políticas públicas dos Estados, e que por fim evitariam novos conflitos e seus riscos globalmente distribuídos.

O presidente elencou quatorze pontos⁷⁶ para esse contexto na Conferência de Paz em 1919, no qual reservou o primeiro ponto especificamente sobre à questão

⁷³ Grande Guerra global, centrada na Europa, envolvendo grandes potências de todo o mundo, organizadas em duas alianças, a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança. O conflito iniciou-se em 1914, se perdurando até o ano de 1918.

⁷⁴ VIEIRA, Leonardo. A Diplomacia Secreta que Impulsionou a Primeira Guerra Mundial. **O Globo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/a-diplomacia-secreta-que-impulsionou-primeira-guerra-mundial-13229135>>. Acesso em: 21 out. 2014.

⁷⁵ WAACK, Willian. WikiLeaks, jornalismo e diplomacia. **Política Externa**. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/974/wikileaks-jornalismo-e-diplomacia/>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

⁷⁶ 14 pontos de Wilson na íntegra:

1- Convenções de paz, preparadas “às claras”, após as quais não haverá mais acordos particulares e secretos; (...) a democracia agirá sempre francamente e à vista de todos.

dos documentos secretos⁷⁷, aos quais ele criticava, e que dizia — 1- Convenções de paz, preparadas “às claras”, após as quais não haverá mais acordos particulares e secretos; (...) a democracia agirá sempre francamente e à vista de todos⁷⁸.

De fato, ele acreditava que a transparência influenciava maiores cooperações entre os Estados. Contudo, suas propostas se tornaram de grande valia ao sistema internacional, notoriamente repercutindo a não proliferação de conflitos. Em suma, seu posicionamento elevou o direito a um nível consideravelmente importante, bem como influenciou com sua proposta a importante atuação de novos atores.

A proposta acabou virando norma de Direito Internacional com o Tratado de Versalhes — que criou a Liga das Nações — e com a Carta de São Francisco — que deu a luz às Nações Unidas em 1945. Atualmente, todo

2- Liberdade absoluta de navegação nos mares, fora das águas territoriais, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra (...).

3- Supressão de todas as barreiras económicas e estabelecimento de condições comerciais iguais para todas as nações (...).

4- Troca de garantias suficientes de que os armamentos serão reduzidos ao mínimo compatível com a segurança interna.

5- Uma concertação livremente debatida de todas as reivindicações coloniais, baseada na estrita observação do princípio segundo o qual, na regulação destas questões de soberania, os interesses das populações em jogo terão o mesmo peso que as reivindicações equitativas do governo.

6- Evacuação integral do território russo e regulação de todas as questões envolvendo a Rússia (...) com a finalidade de dar à Rússia toda a latitude para decidir, em plena independência, sobre o seu desenvolvimento político e a sua organização nacional (...)

7- É imprescindível que a Bélgica seja evacuada e restaurada (...).

8- Todo o território francês deve ser libertado e as regiões invadidas devem ser restauradas; o prejuízo causado à França pela Prússia em 1871, no que respeita à Alsácia-Lorena (...) deverá ser reparado (...).

9- Deve concretizar-se uma rectificação das fronteiras italianas, conformemente os dados claramente perceptíveis do princípio das nacionalidades.

10- Aos povos da Áustria-Hungria (...) deve ser garantida, o mais cedo possível, a possibilidade de um desenvolvimento autónomo.

11- A Roménia, a Sérvia e o Montenegro devem ser evacuados; à Sérvia deve ser assegurado um livre acesso ao mar (...).

12- Às regiões turcas do actual império otomano devem ser garantidas a soberania e a segurança; mas às outras nações actualmente sob domínio turco deve ser garantida uma segurança absoluta de existência (...) Os Dardanelos devem permanecer abertos como passagem livre para os navios e comércio de todas as nações.

13- Deve formar-se um Estado polaco, abrangendo os territórios habitados pelas populações indiscutivelmente polacas, às quais se deve garantir um livre acesso ao mar (...).

14- É necessário que uma organização geral das nações seja constituída (...) tendo como objectivo assegurar garantias mútuas de independência política e integridade territorial tanto aos pequenos como aos grandes estados.

⁷⁷ VIEIRA, Leonardo. A Diplomacia Secreta que Impulsionou a Primeira Guerra Mundial. **O Globo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/a-diplomacia-secreta-que-impulsionou-primeira-guerra-mundial-13229135>>. Acesso em: 21 out. 2014.

⁷⁸ MENSAGEM AO CONGRESSO, 1918 (adaptado). A conferencia de paz. Os “catorze pontos” do presidente Wilson. **Escola Básica e Secundária de Velas**. Disponível em: <<http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115152010600/depart/dcsh/h12ano/1918.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

tratado ratifica o entre dois Estados deve ser tornado público e depositado na Secretaria-Geral da ONU, em Nova York⁷⁹.

Propositalmente, ao elevar as relações internacionais às dinâmicas dos documentos secretos, é necessário elencar e analisar determinados pontos na história, os quais remontam que essa prática não é florescida no contexto atual, mas surgem muito antes dos avanços e das transformações comunicacionais e suas facilidades.

6.1 AS VERTENTES DA VERDADE: A ESPIONAGEM E SUAS VIAS

O segredo possui vertentes que atrelam a si os mesmos objetivos de conquista, e assim, a espionagem nasce deste incógnito. Desta forma, o presente capítulo pretende descrever as questões da espionagem e as modificações causadas no sistema internacional, quanto a sua utilização.

O sentido negativo que se atribui moralmente ao segredo não nos deve induzir ao erro. O segredo é uma forma sociológica geral que se mantém neutra e acima do valor dos seus conteúdos [...] A democracia considerará a publicidade um estado desejável em si mesmo, partindo da idéia fundamental de que todos devem conhecer os fatos e as circunstâncias que lhes interessam, pois é esta a condição prévia para intervir na sua resolução. O saber implica já uma incitação psicológica para intervir. Não obstante, cabe discutir se tal conclusão é absolutamente necessária⁸⁰.

Tendo em vista o vasto campo da comunicação e a prescindível influencia da mídia no mundo atual, bem como as transformações e as facilidades causadas por estes meios nas relações internacionais, a espionagem se aperfeiçoou durante a história.

As modificações ocorridas nas políticas do poder das nações, através dos avanços tecnológicos, notoriamente foram revigorando as práticas distribuídas no sistema internacional. Contudo, a questão do segredo, que outrora se fazia singular, de modo que era utilizada corriqueiramente, ou seja, em situações específicas e

⁷⁹ VIEIRA, Leonardo. A Diplomacia Secreta que Impulsionou a Primeira Guerra Mundial. **O Globo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/a-diplomacia-secreta-que-impulsionou-primeira-guerra-mundial-13229135>>. Acesso em: 21 out. 2014.

⁸⁰ SIMMEL, 1906, p. 463 apud PINHEIRO, Ruan Sales de Paula. **Segredo e transparência nas relações internacionais: lições do caso norte-americano**. 2011. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

com um único intuito, atualmente é muito mais definitiva e considerável, propiciando maiores benefícios aos Estados que a usem.

Por conseguinte, este contexto ainda é delimitado, na medida em que para alguns países específicos tornar públicos os documentos mantidos em segredo se torna crime. Por isso, a sociedade, na maioria das vezes, conscientemente se cala em relação a estes aspectos, e acabam auxiliando para seu desenvolvimento.

Mas, auxiliar não significa necessariamente que estão de acordo com estes acontecimentos. Ocorre que em alguns casos a espionagem se transforma em luta contra essa prática obscura e decisiva.

De todo modo, essa prática é bem pautada, e fundamentalmente embasada na tecnologia da informação em ascensão, proporcionada pelas transformações da globalização. Com isso, e com a atuação da sociedade, se torna mais convencional a utilização do segredo.

Neste rumo, as tecnologias da informação têm sido utilizadas pela sociedade para obter, manipular, organizar armazenar e transmitir informação sob a forma digital. [...] De facto, estamos vivenciando os pressupostos, bem como os primeiros impactos, desta inesgotável fonte de inovação e que tem transformado o desenvolvimento tecnológico em transformação social⁸¹.

Além das muitas transformações e vantagens surgidas da comunicação e das tecnologias da informação, esse meio é dotado da internet, a qual provoca no meio social, ou seja, nas sociedades da informação, grande influencia, tendo em vista que essa sociedade é fortemente ativa, proporcionando uma modificação maior que a própria conexão entre si nesse meio social⁸².

Contudo, ao adentrar ao mundo globalizado, em profunda e constante evolução tecnológica, que por fim acabam dominando o cenário internacional, modificando-o e aperfeiçoando os Estados nesse meio, as sociedades agregam neste intrínseco sistema tecnológico da comunicação àquilo que adquirem destes novos fenômenos, formando benefícios garantidores de força a seus Estados.

“Ademais, a expansão e desenvolvimento das novas tecnologias da informação aumentaram, significativamente, as possibilidades de contactos

⁸¹ FREIRE E ALMEIDA, Daniel. **Um Tribunal Internacional Para a Internet**. 2011. 555 f. Curso de Doutoramento em Direito Internacional (Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra. Coimbra. 2011. p. 33.

⁸² Ibid., p. 46.

internacionais⁸³.” Tal proporção facilita ainda mais o multilateralismo entre os Estados, que mesmo em seu território adentram outros, podendo ser entendido do seguinte modo:

“[...] a comunicação instantânea de quantidades maciças de informação tem criado a impressão de que existe um lugar chamado “ciberespaço”, uma terra sem fronteiras, onde todos os povos do mundo podem ser interligados como se fossem moradores da mesma localidade⁸⁴.”

Desta forma, a sociedade está integrada internacionalmente, de modo que a relação entre cidadãos e Estados não é mais hierárquica, pois com a ascensão da internet e os meios de comunicação em si, o Estado acabou tendo diminuída sua jurisdição territorial no ciberespaço⁸⁵.

Assim, torna-se ainda mais atraente formalizar a questão do segredo ao invés da transparência, proporcionando uma força maior a quem se utiliza deste meio.

Para tanto, é possível compreender essa questão através do estudo de alguns casos, como da Organização Wikileaks e as divulgações de Edward Snowden, sobre documentos secretos norte-americanos.

6.2 A ESPIONAGEM NORTE-AMERICANA: CASO WIKILEAKS

“O fenômeno WikiLeaks é um precedente que, facilitado pela Revolução Digital, propiciou um tipo de risco que precariza a plenitude da atividade de informar, negociar e representar da função diplomática⁸⁶.”

Consubstancialmente, na medida em que a política dos Estados se denota em variáveis conotações relevantes em relação ao avanço das comunicações, bem como suas maiores facilidades, e também a intensidade da importância de uma política de equilíbrio de poder, buscando a manutenção da paz, as questões relativas ao segredo e os documentos gerados a partir deste incógnito partem-se a

⁸³ FREIRE E ALMEIDA, Daniel. **Um Tribunal Internacional Para a Internet**. 2011. 555 f. Curso de Doutorado em Direito Internacional (Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra. Coimbra. 2011. p. 128.

⁸⁴ Ibid., p. 150.

⁸⁵ Ibid., p. 135.

⁸⁶ LAFER, Celso. Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks. **Política Externa**. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/966/vazamentos-sigilo-diplomacia-proposito-significado-wikileaks/>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

um novo patamar, de modo que, a sociedade, hoje muito mais atuante, tem em mãos o poder de influenciar e mudar o jogo.

Com isso, nascem no sistema internacional organizações, aliados da paz, ou possíveis outras denominações, que tem como objetivo atuar em contramão aos documentos secretos e o sigilo dos Estados. Desta forma, em um dos elementos de destaque nesse contexto se encontra-se a organização Wikileaks.

Wikileaks se tornou um Website, fundado em 2006, que publica informações e documentos secretos do governo, ou até mesmo de grandes empresas conhecidas. O Wikileaks “tem como objetivo combater, pela publicidade, más condutas, governamentais e não governamentais, de variável gravidade, da hipocrisia a crimes de guerra⁸⁷.” As condutas vazadas através do website são, em maioria, condutas ilegais. Porém, o site alcançou destaque quando divulgou materiais diplomáticos dos Estados Unidos da América⁸⁸.

O referido site foi fundado e tem como principal porta-voz e editor-chefe o australiano Julian Assange⁸⁹, conhecido mundialmente após a notoriedade do site com a publicação das informações.

Através do Wikileaks foram produzidos mais de 90 mil arquivos diplomáticos militares confidenciais dos Estados Unidos, bem como mais de 250 mil conversas também confidenciais e comprometedoras. Estes telegramas confidenciais são formulados em consulados e/ou embaixadas norte-americanas, sediadas em diversas partes do mundo, os quais envolvem importantes pessoas do cenário internacional, não somente dos Estados Unidos, mas também aos quais eles estavam em negociações e contatos diplomáticos, “como Rússia, Brasil, Paquistão, Alemanha, França, Inglaterra, Portugal⁹⁰”, entre muitos outros.

Contudo, Julian Assange não trabalhou sozinho na proliferação dos segredos do Estado, ele contou com a grande participação de Daniel Domscheit-Berg, que

⁸⁷ LAFER, Celso. Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks. **Política Externa**. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/966/vazamentos-sigilo-diplomacia-proposito-significado-wikileaks/>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

⁸⁸ FREIRE E ALMEIDA, Daniel. **Um Tribunal Internacional Para a Internet**. 2011. 555 f. Curso de Doutorado em Direito Internacional (Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra. Coimbra. 2011. p. 44

⁸⁹ Julian Paul Assange nasceu em Townsville, na Austrália, em 3 de julho de 1971. Ele é jornalista, escritor e ciberativista. É o membro principal da organização a qual fundou, a WikiLeaks. Julian Assange estudou matemática e física, e antes de se tornar membro da Wikileaks foi programador e hacker.

⁹⁰ FREIRE E ALMEIDA, Daniel. **Um Tribunal Internacional Para a Internet**. 2011. 555 f. Curso de Doutorado em Direito Internacional (Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra. Coimbra. 2011. p. 45

adentrou na organização junto de Assange, atuando nas infinitas divulgações, e entre suas fontes. Com relação à infiltração no governo norte-americano, podemos citar o soldado americano Bradley Manning, “ex-analista de inteligência lotado no batalhão de apoio da 2ª Brigada da 10ª Divisão no Iraque⁹¹”. Manning entrou em programas internos do governo com o objetivo de consultar informações sigilosas, dentre elas documentos americanos sobre as Guerras no Iraque e no Afeganistão, bem como telegramas diplomáticos do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Com isso, o soldado norte-americano acusado, baixou as informações confidenciais e as repassou para o Wikileaks, o qual propagou os documentos⁹².

Porém, não somente Bradley Manning atuou junto ao Wikileaks no vazamento de informações sigilosas. Os documentos que eram disponibilizados no começo da atuação eram fornecidos, geralmente, por pessoas em busca da denuncia ao governo, até aos que estavam relacionados ao interesse público, e sempre vinham de dentro do governo, de pessoas com acesso a estes documentos⁹³. Nas divulgações, a Wikileaks contou com a importante ajuda de jornais conceituados, como o The Guardian e o The New York Times, que passaram AA divulgar as informações sigilosas também.

De certo modo, o funcionamento do website é composto, basicamente, por quatro etapas, em que um colaborador com acesso aos documentos confidenciais os entrega a organização, que se possível verificam a confiabilidade de quem os entregou, mas não identificando o mesmo, pois a organização tinha como regra manter a identidade dos informantes secretas, e após isso os documentos são analisados pela equipe responsável e enfim são disponibilizados no site⁹⁴. Mas o objetivo não era editar os documentos, mas publicá-los na integra.

É possível compreender melhor o seu funcionamento através do quadro a seguir:

⁹¹ EUA acusam soldado que colaborou com Wikileaks de 22 novos crimes. **Folha de S. Paulo**, 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2011/03/883599-eua-acusam-soldado-que-colaborou-com-wikileaks-de-22-novos-crimes.shtml>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

⁹² Ibid.

⁹³ ANAZ, Silvio. WikiLeaks: origem e modo de operar. **Como tudo funciona**. 2014. Disponível em: <<http://tecnologia.hsw.uol.com.br/wikileaks1.htm>>. Acesso em: 29 out. 2014.

⁹⁴ Ibid.



95

Figura 1 – WikiLeaks: como funciona

Fonte: Estadão

Com efeito, o Wikileaks relaciona definitivamente o contexto internacional de poder evidenciado entre Estado e comunicação. Deste modo, com relação aos documentos secretos, eles permitem identificar o poder do Estado que se baseia no sigilo, bem como sua ascensão até o vazamento das informações secretas.

Com isso, os atores ativos do sistema internacional prosseguem suas políticas externas, determinando seus pontos de impulso em contraposição ao sigilo utilizado neste meio. Neste mesmo raciocínio, cabe aos não envolvidos protegerem-se, se mantendo em defesa caso haja ações que os desafiem.

A luta contra o poder invisível, que se esconde para melhor conseguir mandar, e a consequente batalha em prol da transparência do poder integram a agenda do combate político ao Estado Absolutista e ao sigilo como componente do exercício do poder. Estão ligadas à afirmação que fez Kant no *Projeto da Paz Perpétua* sobre a publicidade como critério de julgar a moralidade. São ingredientes da crítica ao realismo da razão de estado que encobre informações, para dominar, voltada para o exercício de um *jus*

⁹⁵ WIKILEAKS, a pedra no sapato dos governos. **Estadão**, 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/wikileaks-a-pedra-no-sapato-dos-governos,126467.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

dominationis. Neste encobrir, escondem-se mentiras e segredos que podem ter a dimensão do aceitável⁹⁶.

Por conseguinte, é necessário levantar nesse contexto algumas indagações; Quais as conseqüências reais aos Estados Unidos e outros Estados afetados pelas informações vazadas? Qual a verdadeira luta de Julian Assange e os demais membros da organização Wikileaks? O que modifica-se no cenário internacional com tais informações: Como fica após os vazamentos sigilosos a relação dos Estados Unidos e os países afetados em questão?

Os líderes da organização Wikileaks afirmam atuarem a favor da transparência nas relações internacionais, acreditando ser fundamental para se estabelecer a paz e assim se alcançar melhores contatos. Sobre Julian Assange, após as divulgações e as intervenções jurídicas do governo norte-americano, passou a ser asilado na embaixada do Equador, em Londres. O principal líder da Wikileaks também é acusado pela Suécia por abuso sexual⁹⁷. De tal forma, é possível analisar que o Estado é garantidor jurisdicional e procura seu bem estar.

Nesse sentido, vale ressaltar que, porém, há diferenças entre documentos secretos e privação da liberdade em segredo, pois em certos casos das relações internacionais entre nações, é necessário que haja segredo entre os contatos, pois tornar públicas as negociações em contatos acarreta graves crises e estreitamentos indevidos nesse contexto. Para tanto é fundamental que haja o contato direto dos Estados, bem como manterem relações auspiciosas, como busca de expansão e desenvolvimento, e nesta mesma linha, as análises diplomáticas são precisas para que se estabeleçam elos fulcrais ao sistema internacional, e desta forma garanta-se a paz e o equilíbrio de poder.

Por isso, nestes casos, torna-se necessário que cada Estado possua em sigilo certos documentos, no entanto, se faz necessário, sendo que, estes, não sejam utilizados para viradas de jogos de poder ou definir seu poder e cima de outras nações, ou até mesmo como forma de infligir outros Estados.

⁹⁶ LAFER, Celso. Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks. **Política Externa**. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/966/vazamentos-sigilo-diplomacia-proposito-significado-wikileaks/>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

⁹⁷ OLIVEIRA, Marcio César Barbato. Wikileaks, "Hacktivismo" e a Política Internacional. **Mundorama**. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/04/27/wikileaks-hacktivismo-e-a-politica-internacional-por-marcio-cesar-barbato-de-oliveira/>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

“Soma-se a isto o fato de que, em negociações complexas, o segredo e o sigilo são cruciais para criar um ambiente favorável a concessões de lado a lado. [...] Quando um diplomata redige um documento sigiloso ou secreto, nunca se trata apenas de uma apreciação da conjuntura internacional. Qualquer oficial que assina a documentação sabe estar participando de embates mais ou menos intensos no seio da sua burocracia nacional. A documentação diplomática nunca flutua desconexa das brigas por ideias, conceitos e pessoas que movem todo serviço diplomático. Um arquivo diplomático não tem apenas o objetivo de preservar o registro do intercâmbio entre países. Também cumpre a função de preservar politicamente àqueles que redigem os telegramas de reviravoltas políticas no futuro. Assim, o incentivo estrutural para diplomatas em todo o mundo é guardar bom registro de suas gestões, sempre numa luz relativamente positiva de sua própria *performance*. Assim, mesmo em situações de sigilo, a auto-censura e a redação estratégicas de telegramas é a norma no sistema de Estados.⁹⁸”

Todavia, a questão final no caso da espionagem e do sigilo denota a função do poder. Por mais baseados diplomaticamente em função de suas políticas externas e na manutenção da paz no sistema internacional que os Estados estejam, haverá ainda em determinados casos e nações a utilização do segredo. Como mencionado o Wikileaks divulgava documentos que comprovam a ilegalidade dos governos, principalmente norte-americano, uma nação soberana e desenvolvida, e então impulsiona ao ponto de que o poder pode definir maior relevância no cenário internacional, uma vez que quem o possui em maior proporção torna-se, como queira, hegemônico.

E deste modo, conduzindo a política externa dos Estados Unidos às claras, as proporções das informações confidenciais distribuídas pelo Wikileaks foram criando repercussões no sistema internacional, influenciando também as políticas externas de demais Estados, envolvidos ou não, pois se altera a notoriedade da nação norte-americana e as nações que se utilizam dos documentos secretos.

Neste sentido, o Estado em relação à comunicação e aos meios digitais, principalmente a internet, é garantidor das prestações jurídicas, buscando regular esses meios, mas, contudo, “vem encontrando resistência desafiadora nas características que perfazem a internet, como a sua internacionalidade, sua desterritorialidade, e que, por conseguinte, configuram ao órgão de soberania relativa incapacidade em prestar a efetiva tutela jurisdicional”⁹⁹.

⁹⁸ SPEKTOR, Matias. WikiLeaks nas Relações Internacionais. **Política Externa**. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/969/wikileaks-nas-relacoes-internacionais/>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

⁹⁹ FREIRE E ALMEIDA, Daniel. **Um Tribunal Internacional Para a Internet**. 2011. 555 f. Curso de Doutorado em Direito Internacional (Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra. Coimbra. 2011. p. 127.

Todavia, com a intervenção do Estado aos meios comunicacionais, e aos apoiadores do Wikileaks, após suas publicações, é de extrema importância mencionar que o website, fugindo das proibições jurídicas determinadas pelo Estado, passou a alterar seus endereços, criando sites espelhos, para que as pessoas continuassem a ter acesso as informações, bem como mudavam os países de hospedagem. Desta forma, as empresas da internet passaram a colaborar com o governo dos Estados Unidos, com bloqueios de transferências bancárias, até cancelamento de sites de divulgações da organização¹⁰⁰. Aqui, cabe acrescentar que por mais que os meios de comunicação sejam um ator relevante e de certo modo autônomo, os Estados ainda possuem sua força para influenciar nesse meio, conduzindo-os para sua defesa e contra a propagação das formas que afetem sua política externa.

Posto tudo isso, são notáveis as mudanças comprometedoras que o vazamento de informações sigilosas provocam, modificando as relações internacionais de tal modo que a partir do conhecimento desses e outros documentos secretos as diplomacias estatais estão contidas em si, pois temem que os aspectos abordados sejam um ponto de referência a possíveis futuras análises. Bem como, ao afetar outras nações, o vazamento do Wikileaks também altera os contatos e negociações entre Estados.

Como um dos pontos mais importantes, vale a ressalva de que as principais informações sigilosas da história, vazadas pelo Wikileaks, mostram o ponto mais alto do poder norte-americano intervindo no Iraque e no Afeganistão, enquanto ainda haviam lutas e contenções nesse contexto, em que esta guerra, iniciada em 2003, apresenta-se baseada em mentiras, comprovadas assim pelas informações do website Wikileaks¹⁰¹.

Ainda nessa linha de raciocínio, essas informações secretas proporcionados pelo Wikileaks de certo modo vão “acelerar um processo de engenharia reversa”¹⁰². A nova condição existente é que as análises antes elaboradas, são estabelecidas

¹⁰⁰ FREIRE E ALMEIDA, Daniel. **Um Tribunal Internacional Para a Internet**. 2011. 555 f. Curso de Doutorado em Direito Internacional (Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra. Coimbra. 2011. p. 140-141.

¹⁰¹ SPEKTOR, Matias. WikiLeaks nas Relações Internacionais. **Política Externa**. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/969/wikileaks-nas-relacoes-internacionais/>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

¹⁰² WAACK, Willian. WikiLeaks, jornalismo e diplomacia. **Política Externa**. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/974/wikileaks-jornalismo-e-diplomacia/>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

em um período de tempo muito menor, e divulgadas muito rápidas com a internet e a partir do Wikileaks.

A questão principal é esta: dada essa exposição, poucos interlocutores, em qualquer país ou em entidades internacionais, desejarão interagir com os diplomatas americanos (mas o mesmo vale para qualquer diálogo de qualquer outro país, em circunstâncias similares de “intercâmbio informal de opiniões”). O pressuposto – que poderíamos chamar de “síndrome Wikileaks” – é o de que todos, de alguma forma, poderão ser expostos em algum momento de um futuro indeterminado (neste caso foi relativamente breve, o que agrava todo o processo)¹⁰³.

Então, a partir deste ponto fundamental, ao que realmente leva os documentos secretos no sistema internacional? E como uma hegemonia, como os Estados Unidos, fica ao ter seu sigilo revelado? A respeito do segredo revelado, existem diversas questões ilegais que proporcionam repensar sobre sua soberania.

Um sistema que é suscetível a falhas decisórias é um sistema menos que perfeito, correndo riscos de julgamentos inadequados e possível surgimento de novos focos de tensão com parceiros e “inimigos” potenciais. Assim como crises econômicas nos EUA afetam todas as demais economias nacionais, uma diplomacia deficiente naquele país pode tornar o mundo mais instável e inseguro¹⁰⁴.

Por conseguinte, observando que as repercussões do caso afetam notoriamente as diplomacias entre os Estados, vale rever o ponto que em certos casos diplomáticos é necessário que se mantenha portas fechadas. Pois, pensando em manter a paz e a cooperação no sistema internacional, é fundamental que haja boas relações e contato entre nações, por isso a transparência muitas vezes não precisa estar no ponto alto deste contexto.

A exigência de transparência na conduta da coisa pública não exclui conversas sensíveis, secretas, confidenciais e avaliações que não são destinadas ao escrutínio do grande público. A ideia de que estados e governos não devam manter segredos é insustentável¹⁰⁵.

Contudo, o objetivo central da diplomacia e das relações internacionais é que haja no sistema internacional poderes em equilíbrio, levando sempre em

¹⁰³ ALMEIDA, Paulo Roberto. 2011. “Wikileaks: verso e reverse”. **Mundorama**. Disponível em: <<http://mundorama.net/2011/01/14/wikileaks-verso-e-reverso-por-paulo-roberto-de-almeida/>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ WAACK, Willian. WikiLeaks, jornalismo e diplomacia. **Política Externa**. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/974/wikileaks-jornalismo-e-diplomacia/>>. Acesso em 05 nov. 2014.

consideração a importância da interdependência e da cooperação, para que o desenvolvimento seja em escala similar. Importa aqui se a transparência é exercida entre as nações, mas que a necessidade do segredo, quando necessário, para o bem estar do sistema internacional seja mantido sem intervenções ilegais.

Portanto, as conseqüências das divulgações do Wikileaks são fluentemente modificadas, cabendo aos Estados se enquadrarem nesses novos avanços da comunicação. E, deste modo, estarem coesos, frente às diplomacias, de toda forma concreta às ações de política externa.

6.3 A VERDADE POR TRÁS DO SEGREDO: CASO EDWARD SNOWDEN E OS ESTADOS UNIDOS NA OBTENÇÃO DO PODER

Singularmente, após a grande ascensão da mídia, o quarto poder, tomar uma proporção total no sistema internacional, os novos meios de poder ganharam mais força e especificações, tornando-se mais avançados e precisos na conquista de sucesso e na propagação de informações secretas dos governos, alterando notoriamente as repercussões destes nesse contexto diplomático.

Ainda que seja necessário elevar certos assuntos diplomáticos ao segredo, justamente para proteger a negociação e os envolvidos, e continuar mantendo a política do status quo de cada Estado, a transparência não é parte integrante das políticas das nações. Este fator relevante implica que, mesmo com uma sociedade ativa e influente no cenário internacional globalizado, determinados Estados, de certo modo, ainda se utilizam de antigos modos diplomáticos e governamentais.

Em consonância, nesta linha tênue de poder e comunicação, entre sociedade e governo, florescem campos capazes de desvendar o que motiva o segredo, proporcionando o conhecimento de que se faz necessário essa manutenção ou não. E, assim como a Wikileaks, buscando a verdade, a justiça e proteção aos oprimidos, Edward Snowden se destacou nesse meio social também.

Em um sistema particularmente realista, de conflitos, e em que, mesmo com a crescente interdependência, ainda existam posturas autonomistas, os Estados tendem a uma posição de defesa e a protegerem-se, até de forma militar. E mesmo em países hegemônicos, como os Estados Unidos, são suscetíveis a atentados.

Hodiernamente, com as facilidades e as ascensões da globalização no campo tecnológico, melhores posições são conquistadas mais corriqueiramente. Além do

mais, a internet promove maiores forças as nações, que sem sair de seus territórios tem a capacidade de penetrar em outrem. Em suma, a partir do grande potencial da internet, gerador de poder, quando passa a ser um meio totalmente amplo, torna-se referida como possuidora de libertação e capaz de tornar similares poderes com graus distintos¹⁰⁶.

Nesta linha de raciocínio, na medida em que essa poderosa rede se aperfeiçoa, vão se firmando pelos governos políticas e programas que os garantam ainda ter controle e poder sobre seus governados e em suas relações internacionais. Todavia, é neste emblemático contexto que brota a questão da vigilância governamental. Tal sistema produz implicações contundentes, de modo que enquanto firma-se nas redes tecnológicas consegue submeter as diversas formas do ser humano ao poder do Estado¹⁰⁷.

Contudo, ao buscarem novos caminhos os Estados vão escalando os possíveis meios de manter controle sobre suas fontes, em contraposição aos novos poderes surgidos com o avanço da comunicação. Para tanto, a vigilância utilizada, muitas vezes em contenção, torna-se uma questão onipresente, favorecendo ser pouco provável não ser submetido à espionagem¹⁰⁸.

Deste modo, principalmente países mais autônomos e de destaque no sistema internacional, estão predispostos a adotar tal prática e adentrar mais fundo a conquista do poder.

A habilidade para interceptar as comunicações das pessoas confere imenso poder a quem o faz. A menos que esse poder seja contido por uma rígida supervisão e prestação de contas, quase certamente haverá abusos. Esperar que o governo dos Estados Unidos opere uma imensa máquina de vigilância em total sigilo, sem ceder às tentações que isso representa, contraria todos os exemplos históricos e todos os indícios disponíveis sobre a natureza humana¹⁰⁹.

Todavia, cabe ressaltar neste tocante que, os Estados Unidos, detentores de grande potencial, após o atentado de 11 de setembro, passaram a adotar uma política de proteção a sua sociedade, pregando que suas forças são voltadas a suprema criação de um ambiente seguro, contra ataques terroristas e outros. Com isso, cria-se também um ambiente condizente e favorável ao poder.

¹⁰⁶ GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014. p. 15

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ Ibid., p. 12.

¹⁰⁹ Ibid., p. 14.

Por conseguinte, neste mesmo campo, com os grandes aperfeiçoamentos e novas tomadas do governo, seus programas vão fluindo e revigorando-se, e entra nesse intrínseco jogo os programas avançados do governo norte-americano, como a Agência de Segurança Nacional (em inglês National Security Agency – NSA). As políticas das nações com estes programas extremamente avançados garantem que o governo possua estabilidade em seu cenário nacional, e a sua sociedade sobre seu controle, repercutindo estas ações assim no sistema internacional.

Contudo, em 2013 surge no cenário global, novas e extremamente decisórias questões, importantes no andamento das relações internacionais. Tais questões dizem respeito à espionagem dos Estados Unidos.

Nesta linha de raciocínio, cabe levantar em questão Edward Snowden, o delator das intervenções norte-americanas. Snowden era um cidadão que após o atentado de 11 de setembro mudara sua opinião, se tornando mais patriota ainda. Ele se alistou no exército norte-americano em 2004, com o intuito de combater a Guerra no Iraque, pensando em ajudar o povo iraquiano contra a opressão. Mas se desiluiu completamente ao estar dentro deste meio, em que viu falar muito mais em acabar com cidadãos ao invés de libertá-los¹¹⁰.

Mesmo assim, Snowden continuou acreditando em seu governo, seguindo o objetivo de ajudar, indo trabalhar em órgãos federais dos Estados Unidos. Esteve sempre ligado a área de tecnologia, e começou trabalhando na Universidade de Maryland, edifício usado pela NSA, secretamente. E com isso, passou a intencionar a obtenção da permissão para ter acesso a documentos secretos. Avançando rapidamente em sua vida profissional, Snowden passou a ser especialista em tecnologia na Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency – CIA, em inglês). Quando na CIA, ele sentiu-se bem ambientado, mas não parou por aí¹¹¹.

Após sua estadia na CIA, conseguiu um posto melhor na Suíça, passando três anos em Genebra, trabalhando em segredo e com credenciais diplomáticas. E foi exatamente neste período, que, com a possibilidade de interação ao papel do Estado, começou a se incomodar com as ações do governo norte-americano. Melhor entendido nas próprias palavras de Edward Snowden:

¹¹⁰ GREENNWALD. Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014. P. 49

¹¹¹ Ibid., p. 50.

Graças ao acesso aos sistemas que os peritos em tecnologia têm, vi muitos materiais secretos, boa parte bem ruim. Comecei a entender que, na verdade, o que meu governo faz mundo afora é bem diferente daquilo que sempre me ensinaram. Essa consciência, por sua vez, leva você a começar a reavaliar a maneira como vê as coisas, a questionar mais¹¹².

Deste modo, ao se deparar com esta vasta ação desigual do governo, Snowden pensou em largar seu emprego na CIA e divulgar as ações secretas do governo ao qual tinha obtido acesso e que achava serem comportamentos questionáveis.

Porém, ao repensar sua visão se deparou com a nova eleição a presidente dos Estados Unidos. Com isso, acreditou que o governo de Barack Obama diminuiria os abusos da segurança nacional, pois o atual presidente iniciou seu mandato propondo que a transparência seria fulcral ao seu governo, e eliminaria a demasiada proteção justificada pela guerra ao terror. Todavia, a realidade foi o oposto, aquele candidato com propostas claras de lealdade ao povo, e contra os abusos cometidos com a espionagem, não só deu continuidade a essa realidade de privação da liberdade como aumentou esses abusos¹¹³.

Por conseguinte, ao ver que não alcançaria sucesso com o novo governo em relação a esses casos danosos a sociedade, Snowden denota que revelar os segredos da CIA comprometeria pessoas, prejudicando-as, e não era isso o almejado por ele. Mas, em se tratando da NSA, o caso é diferente, pois com a NSA se envolvem sistemas, não pessoas¹¹⁴.

Para tanto, Snowden entrou novamente na NSA, mas desta vez pela Dell Corporation, como terceirizado, tendo em vista que a NSA mantinha prestadoras privadas de serviços, que não envolvidas ao setor público. E assim, com maior acesso aos segredos da vigilância, estava prestando serviços no Japão. Edward Snowden, durante todo o tempo em que trabalhou na NSA e na CIA, foi aos poucos recebendo um treinamento, pois com sua inteligência se tornaria um agente de alto nível. Enquanto ele dedicava seu trabalho a esse setor foi vendo o quão evasivo se tornara os Estados Unidos da América, denotando ainda mais sua concepção de que o mundo deveria saber o que acontecia¹¹⁵, ou seja, o que se passa através de altos poderes e políticas expansionistas.

¹¹² GREENWALD. Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014.

¹¹³ Ibid., p. 52.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ Ibid., p. 53.

Mais uma vez Snowden mudou de locação em seu trabalho, sendo transferido, ainda pela Dell Corporation, para um escritório da CIA em Maryland. Mas, as preocupações quanto aos abusos e invasões apenas aumentavam, piorando completamente a concepção de Snowden que, dentro deste sistema intrínseco, enxergava a utilização de um Estado soberano perante a sociedade internacional. Segundo Snowden: “O mundo estava ficando pior. Naquele cargo, pude ver em primeira mão que o Estado, principalmente a NSA, estava trabalhando junto com o setor privado de tecnologia para obter acesso integral às comunicações das pessoas¹¹⁶.”

Snowden ainda relata que pode ter a visão de que os Estados Unidos em conjunto com a NSA estavam dando vida a um sistema que eliminaria toda privacidade global, sendo que não seria mais possível comunicar-se eletronicamente sem que passasse pela NSA. Com isso, sua concepção a respeito de delatar ao mundo os abusivos sistemas norte-americanos chegou ao ponto máximo, em que ele já não mais poderia esconder tais casos em questão. O próximo período de Snowden com a Dell foi no Havaí, e em dúvidas foi o mais importante. Snowden passou a baixar todos os documentos secretos que tornaria público, pois para ele o mundo todo precisava ter ciência do que acontecera¹¹⁷.

No entanto, apesar de já obter importantes provas em mãos, ele ainda sentia a necessidade de outros documentos essenciais. Desta forma, conseguiu um trabalho na Booz Allen Hamilton, uma das mais importantes prestadoras de serviço dos Estados Unidos, e que lhe daria acesso total aos documentos que necessitava¹¹⁸.

Após possuir em mãos provas concisas sobre um evasivo e poderoso governo, Snowden se tornou apto a delatar ao mundo e tornar público anos de espionagem e segredos mantidos por uma nação, em que, além de privar sua sociedade da liberdade, pregando a proteção contra a guerra ao terror, com seu alto grau de poder e tecnologia invadiu outras nações com o intuito de obter informações precisas.

¹¹⁶ GREENNWALD. Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014. p. 56

¹¹⁷ Ibid., p. 57.

¹¹⁸ Ibid.

Contudo, Snowden partiu para Hong Kong, de onde havia destinado para ser seu ponto de delação. A escolha de Hong Kong se estabelece por algumas questões:

A prioridade número um, [...], era garantir sua integridade física contra qualquer interferência dos Estados Unidos enquanto estivesse trabalhando [...]. Caso as autoridades norte-americanas descobrissem seu plano de vazar os documentos, tentariam impedi-lo, prendê-lo ou coisa pior. Embora fosse semi-independente, Hong Kong fazia parte do território chinês, calculou ele, e os agentes americanos teriam mais dificuldade para agir contra ele ali do que em outros lugares nos quais ele cogitara se refugiar em definitivo, como algum país latino-americano menor – Equador ou Bolívia, por exemplo. Hong Kong também estaria mais disposta e em melhores condições de resistir à pressão dos Estados Unidos para entregá-lo do que um país europeu pequeno como a Islândia. [...] Ele também queria estar em um lugar onde as pessoas fossem comprometidas com os valores políticos que ele prezava. Como explicou, o povo de Hong Kong, embora em última instância estivesse sujeito às leis repressivas do governo chinês, havia lutado para preservar algumas liberdades políticas básicas e criado um vibrante clima de dissidência. Snowden assinalou que Hong Kong tinha líderes democraticamente eleitos e que lá ocorriam grandes protestos populares [...]¹¹⁹.

Já em Hong Kong, Snowden constatou que precisaria de apoio ao delatar esse fato extremamente importante e que mudaria toda uma história. Deste modo ele entrou em contato com Glenn Greenwald, ex-advogado e colunista do *The Guardian*, o qual também já escrevia sobre a NSA e suas ações ilegais. Porém, tal contato não alcançou sucesso no começo, devido ao fato de que era necessário usar programas de criptografia para se manter contato, já que o abusivo sistema que se tornou a NSA teria acesso às conversas e contatos entre ambos. Glenn relutou em se esforçar para se enquadrar ao máximo cuidado possível e entrar em contato com Snowden, já que até o momento ele não tinha conhecimento de quem se tratava nem se os fatos constatados eram verídicos.

Como a determinação de Snowden não diminuiria, ele procurou a documentarista Laura Poitras, que também estava envolvida em divulgações contra os abusos da NSA, a qual já havia sofrido diversas intimidações em aeroportos, sem, por vez, ver punições quanto a isso. A partir deste contato, Snowden começou alcançar sucesso, e Laura que passou a entrar em contato com Glenn, obtendo respaldo do jornalista.

¹¹⁹ GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014. p. 58.

Entre os contatos mantidos por eles durante todo tempo foram desenvolvendo suas estratégias. E para maior envolvimento dos profissionais que ajudariam Snowden, ele começou a enviar uma série dos documentos.

No entanto, o delator não se baseou em fatos fúteis ou mesmo pensou em agir desta maneira com o intuito de conseguir recompensas de interesse pessoal, sempre houve o patriotismo por trás do ser humano inteligente, que ao se deparar com a realidade levada por seu país desiludiu-se, principalmente pela relevante invasão negativa feita contra a sociedade e demais nações. Para tanto, ao repassar aos jornalistas os documentos obtidos, Snowden informou claramente o motivo de sua ação, bem como sempre bateu no ponto de que assumiria ser o delator. Em suas palavras, Snowden declara os reais motivos:

Minha única motivação é informar o público sobre o que está sendo feito em seu nome e contra ele. O governo dos Estados Unidos, principal membro dos Cinco Olhos – compostos, ainda, de Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia -, em conspiração com países clientes, impôs ao mundo um sistema de vigilância secreta e abrangente do qual não há como se esconder. Eles protegem seus sistemas domésticos da supervisão da população por meio da confidencialidade e da mentira, e se resguardam da indignação em caso de vazamento supervalorizando as proteções limitadas que decidem conceder aos governados...

[...] No dia em que escrevo este texto, a intenção deles é que todos os novos registros de comunicações passíveis de ser absorvidos e catalogados por esse sistema sejam guardados por anos, e novos “repositórios de dados maciços” [...] estão sendo construídos e espalhados pelo mundo, [...] Embora eu torça para que a conscientização e o debate público conduzam a uma reforma, lembrem que as políticas dos homens mudam com o tempo, [...] ¹²⁰.

Neste tocante, é notável a fulcral consistência do mantimento do segredo a uma nação. Os altos níveis alcançados a partir da espionagem e os documentos secretos remontam a avanços proporcionais. Com isso, cabe repensar a real vertente do segredo, pois, enquanto privação da liberdade social e invasão a outros territórios, é demasiado mantê-los e utilizar tais questões.

Ainda neste tocante, ao se envolver com o delator, ambos os profissionais foram a Hong Kong, onde se encontraram pessoalmente, pela primeira vez, com Edward Snowden. E a partir deste encontro se deu as informações quanto à espionagem norte-americana, tornando este fato mundialmente conhecido.

Ao analisar os documentos secretos reunidos por Snowden, pode-se observar que se tratavam, em maioria, como alvo de espionagem a população dos Estados

¹²⁰ GREENNWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014. p. 33.

Unidos. No entanto, os documentos em questão também dizem respeito a dezenas de países, envolvidos pelos Estados Unidos em suas invasões tecnológicas. Além de países mundo afora, são envolvidos nesse contexto nações aliadas aos Estados Unidos, como o Brasil, Índia, França e Alemanha¹²¹.

Não há dúvidas de que os Estados Unidos possuem uma força extraordinária, e suas raízes vão além do que se prega mundialmente, pois alcançam um vasto campo em que se concentram aliados e forças que auxiliem o governo norte-americano neste contexto.

De modo geral, a agência tem três categorias diferentes de relações com países estrangeiros. A primeira delas é com o grupo dos Cinco Olhos: os Estados Unidos espionam junto com esses países, mas raramente os espionam, a menos que solicitados pelas autoridades dos próprios países parceiros. O segundo grupo é formado por países com os quais a NSA trabalha em projetos de vigilância específicos ao mesmo tempo que os espiona de forma ampla. O terceiro é formado por países que os Estados Unidos espionam de forma rotineira, mas com os quais quase nunca coopera¹²².

Deste modo, a ampla visão dos Estados Unidos e seu grupo em relação aos acontecimentos ao redor, é amparada de uma forma plural, que possibilita a eles ter acesso ao que precisam, sem informar ao conhecimento de todos, e mantendo em segredo no sistema internacional, de forma a contornar retaliações possíveis de demais Estados. Contudo, ao mesmo tempo em que as nações aplicam suas políticas externas no cenário internacional, em consonância a totalidade dos atores existentes nesse campo, os países que utilizam da manutenção do segredo garantem certa vantagem em relação aos demais, pois proporcionam para si um vasto campo de observação e conhecimento sobre as práticas dirigidas mundialmente, conquistando um nível de poder mais alto, e o conhecimento preciso para alcançar maiores destaques.

Além dos já aliados na espionagem induzida pelos Estados Unidos, esta nação de alto escalão soberano ainda alcança novas alianças, porém, muitas vezes conquista parceiros pagando a eles para que desenvolvam a espionagem, direcionando a forma como deseja que esta prática seja aplicada com seu controle em relação aos aliados. Dentre estas alianças adicionais estão o Canadá, Israel,

¹²¹ GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014. p. 97.

¹²² Ibid., p. 126.

uma das mais especiais e o qual possui uma estreita cooperação, Japão, Jordânia, Paquistão, Taiwan e Tailândia¹²³.

Neste contexto, enquanto conquista novas alianças que os auxiliem na espionagem, os Estados Unidos passam a ter mais poder e facilidades na obtenção de dados essenciais a uma nação, de forma que suas vias comerciais e tecnológicas estão em constante aperfeiçoamento. Contudo, com mais parceiros há também o aumento na quantidade de países que sofrem de sua invasão, sendo relativamente objetivo suas denotações quanto a sua prática desmedida. É possível considerar que quando se espiona e conquista dados de outras nações, os objetivos por trás destas ações são de alcance econômico, ou seja, novos patamares em desenvolvimento e enriquecimento.

Os motivos para a espionagem econômica são bem claros. Quando os Estados Unidos usam a NSA para espionar as estratégias de planejamento de outros países durante discussões sobre comércio e economia, podem obter enorme vantagens para a indústria norte-americana. [...] Pode-se especular sobre o motivo que levou líderes políticos do Brasil e do México a serem alvos da NSA. Ambos os países são ricos em recursos petrolíferos e têm uma presença forte e influente em suas regiões. Além disso, embora estejam longe de ser adversários, também não são os aliados mais próximos e confiáveis dos Estados Unidos. De fato, um documento de planejamento da NSA – intitulado “identificação de desafios”: Tendências geopolíticas para 2014-2019” – lista os dois países abaixo do subtítulo “Amigos, inimigos ou problemas?” Na mesma lista estão Arábia Saudita, Egito, Iêmen, Irã, Somália, Sudão e Turquia¹²⁴.

Ao elaborar então as perspectivas norte-americanas em relação a este contexto complexo, surge a questão da importância da transparência nas relações internacionais. Ao mesmo tempo em que é necessário aos Estados, em casos específicos, a utilização dos documentos secretos, é perceptível o alto poder conquistado com a vigilância e o segredo desregrado pelos Estados Unidos, e então é possível indagar; os documentos secretos podem mudar o jogo e proporcionar poder as nações que os utilizem?

Neste mesmo raciocínio, além dos diversos Estados e seus governos em que os Estados Unidos implicaram suas vigilâncias, também estenderam esta prática da espionagem a organizações internacionais, atores de relevância no sistema internacional, em principal importância a ONU. Com isso, com a ONU detentora de

¹²³ GREENNWALD. Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014. p. 131.

¹²⁴ Ibid., p. 147-150.

regulação e auxílio mundial, as vantagens diplomáticas alcançadas com total acesso a suas práticas são extremamente relevantes para qualquer política externa¹²⁵.

Porém, entre tantos outros aspectos da espionagem praticada pelos Estados Unidos, além das ações destacadas, vale ressaltar que com a divulgação delatada por Edward Snowden tornou de conhecimento público os diversos programas e os aprimoramentos mantidos pela nação norte-americana, modificando seriamente sua condição e poder. As muitas e constantes formas de espionagem da sociedade civil, demais Estados e organizações se firmaram parte integrada a sua política, na medida em que aperfeiçoavam suas ações, alcançavam mais evolução, ou seja, poder e glória. No entanto, quando Snowden, desiludido por conhecer seu governo como ele é na realidade, torna-se o delator dos segredos dos Estados Unidos, a postura do governo é continuar reafirmando que suas práticas são de segurança, e que o povo norte-americano está seguro, enquanto sociedades de outros países não têm esse mesmo privilégio, pois os demais Estados não agem de modo a garantir a integridade de seu povo, intitulado sua proteção à sociedade contra o terrorismo.

Então, voltando à importância da transparência entre as nações no sistema internacional, e mesmo o real objetivo dos documentos secretos e suas vertentes, bem como a manutenção da espionagem, pode-se considerar condizente que ao menos uma via tomada quando se opta pela utilização do segredo é o alcance de poder e soberania.

Tendo os Estados Unidos como exemplo de nação soberana, e ter a possibilidade do conhecimento de suas práticas obscuras, através da delação de Snowden, cabe relacionar sua posição referente às suas ações. Contudo, se relativizar o uso da transparência aos Estados Unidos, ao invés do segredo e o desenvolvimento de programas e avanços cibernéticos na espionagem, seria possível alcançar altas posições em questão de desenvolvimento, bem como em poder?

Quando a transparência é a guia da política externa do Estado no sistema internacional, suas ações são claras e precisas, de modo que é de conhecimento dos demais atores relevantes as conquistas e práticas aplicadas. Deste modo, ao ter visão do desenvolvimento e os avanços alcançados pelos países, as demais ações podem relativizar suas forças em relação e estes aspectos, e assim, alcançar os

¹²⁵ GREENNWALD. Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014. p. 150.

mesmos meios para se chegar a mesma escala. Então, enquanto uma nação se baseia em segredo, suas práticas ocultas impedem, de certa forma, que os demais Estados se permeiem em suas bases e determinem o potencial desta.

Portanto, é imprescindível denotar poder enquanto a nação se basear em segredo. Mas, as ameaças prescritas através desta questão são totalmente determinantes, alcançando um vasto campo de concentração, e assim, proporcionando a quem se utilize tomar posse de maiores proporções que os beneficie.

Enfim, comunicação e segredo alcançam novos rumos, determinantes nas políticas das relações internacionais, implicando sempre as vias de poder. E, contudo, ao mesmo tempo que temos a proporção gerada pelos documentos secretos, é possível semear suas vertentes através da própria declaração de quem esteve presente e ativo nas práticas da espionagem, vendo os abusos exorbitantes e invasões extremas em territórios de grande valia, bem como a privação descontrolada de uma sociedade, denominada como proteção. Edward Snowden, antes patriota e adorador de seu governo, propõe sua ação por ter a certeza que o mundo precisa ter conhecimento dos abusos que se tornaram a espionagem, citando por experiência as práticas dos Estados Unidos. Com sua declaração, torna-se mais ampla e pautada as informações delatadas, conduzindo os presentes no sistema internacional a uma nova visão de poder.

Em suma, suas palavras, claras e objetivas:

Muitos irão me maldizer por não ter praticado o relativismo nacional, por não ter desviado os olhos dos problemas da [minha] sociedade em direção a males distantes, externos, sobre os quais não temos autoridade e pelos quais não somos responsáveis, mas a cidadania traz consigo um dever de policiar primeiro o próprio governo antes de tentar corrigir outros. Aqui, hoje, em nosso país, estamos sujeitos a um governo que só permite uma supervisão limitada e que se recusa a prestar contas quando crimes são cometidos. Quando jovens marginalizados cometem pequenas infrações, nós, como sociedade, olhamos para o outro lado enquanto eles sofrem consequências atroz no maior sistema prisional do mundo, mas quando os provedores de telecomunicações mais ricos e poderosos do país cometem, conscientemente, dezenas de milhões de crimes, o Congresso aprova a primeira lei de nossa nação que proporciona a seus amigos da elite uma imunidade retroativa total – civil e penal – para crimes que teriam merecido as mais longas sentenças de prisão da história.

Essas empresas têm os melhores advogados do país em seus quadros, e não enfrentam sequer a menor das consequências. Quando é revelado que funcionários no mais alto nível do poder, incluindo especificamente o vice-presidente, conduziram pessoalmente esses atos criminosos, o que deveria acontecer? Se você acredita que essa investigação deve ser interrompida, que seus resultados devem ser classificados como mais do que

ultrasseguros em um compartimento especial de “Informações Excepcionalmente Controladas” chamado STLW (STELLARWIND), que quaisquer investigações futuras sejam impedidas segundo o princípio de que obrigar aqueles que abusam do poder a prestar contas vai contra os interesses nacionais, que nós devemos “olhar para frente, não para trás”, e em vez de acabar com o programa ilegal você o expandiria para incluir ainda mais autoridades, então será bem-vindo no salões do poder dos Estados Unidos, pois foi nisso que eles se transformaram, e eu estou divulgando os documentos que provam isso.

Entendo que serei obrigado a responder pelos meus atos, e que a revelação dessas informações ao público assinala o meu fim. Ficarei satisfeito se o conluio de leis secretas, perdão desigual e poderes executivos ilimitados que governa o mundo que amo for desmascarado, nem que seja por um único instante. [...] Eu estive nos cantos mais sombrios do governo, e o que eles mais temem é a luz¹²⁶.

¹²⁶ GREENWALD. Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014. p. 40-41.

7 POLÍTICA DE STATUS QUO E O JOGO DE EQUILÍBRIO DO PODER

O sistema internacional, ao qual se enquadram todos os aspectos ligados as relações internacionais e os Estados se interligam, é dotado das políticas utilizadas, tanto internas, do Estado e sua sociedade, quanto externas, nas políticas internacionais, quando o Estado se torna vigente no cenário internacional. Desta forma, ambas as políticas possuem seus aspectos distintos, diferenciando-se em suas condições políticas e sociais, já que a política nacional possui sua sociedade mais integrada e coesa, sendo assim, mais estável que a política internacional, e menos propensa a conflitos e anarquia¹²⁷.

Contudo, as manifestações das políticas são as mesmas, e suas ações, violentas ou de uniformidade, são pela busca do poder. Com isso, no momento em que as sociedades posicionam-se ativas na política internacional, vê-se um cenário ligado a guerras, pelo fato de o objetivo ser o poder.

Assim, as práticas políticas das nações vão se perfazendo correspondente às suas posições. E, embora a forma como os Estados apliquem o poder às suas políticas ser diferente, no sistema internacional estão predispostos a guerra.

Por conseguinte, poder é a chave mestre neste intrínseco cenário, e os Estados o aplicam de modo que os favoreça, conservando-o, buscando adquirir mais do que se tem, mediante alterações benéficas, ou até mesmo demonstrando seu poder internacionalmente, como forma de prestígio e bom posicionamento.

Todavia, por mais excepcionais que sejam as práticas do poder nas nações, estas práticas culminam na política do status quo, propendendo-se a preservar o poder e sua distribuição, favoravelmente aplicada. Para Morgenthau (2003), a política de status quo é definida na seguinte menção:

O conceito de "*status quo*" deriva da locução latina *status quo ante bellum*, expressão diplomática que engloba as usuais cláusulas dos tratados de paz que dispõem sobre a evacuação do território de tropas inimigas e sua restauração à soberania do período anterior às hostilidades. [...]

A política do *status quo* visa à manutenção da distribuição do poder que existe em um momento particular na história. Poder-se-ia dizer que a política do *status quo*, no que diz respeito à política externa, desempenha a mesma função que uma política conservadora cumpre nos negócios internos de um país¹²⁸.

¹²⁷ MORGENTHAU, H. J. **A Política Entre As Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz**. Editora da Universidade de Brasília. Brasília. 2003. p. 87.

¹²⁸ Ibid., p. 89.

O conceito de status quo remete a uma forma abreviada *de in statu quo res erant ante bellum* ("no estado em que as coisas estavam antes da guerra"), significando "no mesmo estado que antes", "o estado atual das coisas, seja em que momento for". Empregam-se estas expressões, usualmente, para definir o estado de coisas ou situações, sempre empregadas nas formas "manter o status quo", "defender o status quo" ou, ao contrário, "mudar o status quo"¹²⁹.

Qualquer atividade política, nacional ou internacional, revela três padrões básicos. A eles, correspondem três políticas internacionais peculiares. Uma nação em que a política externa tende a conservar o poder antes que modificar a distribuição do mesmo em seu favor persegue uma política do status quo. Trata-se de nações cuja política externa destina-se a fazê-la adquirir mais poder do que tem por meio de uma mudança nas relações de poder existentes, quando busca uma alteração favorável a ela na situação do poder ou uma nação cuja política exterior visa demonstrar o poder que tem, quer para o propósito de mantê-lo, quer para aumentá-lo, prega uma política de prestígio¹³⁰.

A luta a favor e contra o status quo, que se prolongou pelo período entre as duas guerras mundiais, foi travada, sobretudo na defesa ou na oposição dos dispositivos territoriais do Tratado de Versalhes e sua garantia nos termos do artigo 10 do Pacto da Liga. No entanto, a política do status quo não se manifesta somente em tratados de paz e nas organizações internacionais que os apoiam. Nações desejosas de preservar certa distribuição de poder podem utilizar, como seu instrumento, tratados especiais tais como os tratados de aliança, que de modo muito particular, têm frequentemente a função de preservar o status quo em certas áreas¹³¹.

A política de status quo tem por objetivo a manutenção da distribuição do poder tal como ela existe em um momento particular da história, não significando, no entanto, que seja necessariamente oposta a quaisquer mudanças. Embora não se contraponha a mudanças, ela resiste a qualquer modificação que corresponda a uma reviravolta nas relações de poder entre duas ou mais nações, que possam rebaixar, por exemplo, a nação A de uma posição de poder de primeira classe para uma de segunda classe, ou possam elevar a nação B a uma posição de eminência

¹²⁹ MORGENTHAU, H. J. **A Política Entre As Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz**. Editora da Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

¹³⁰ Ibid.

¹³¹ Ibid.

antes detida pela nação A. Todavia, pequenos ajustes, de alcance limitado na distribuição do poder que deixam intactas as relativas posições de poder das nações em causa, são perfeitamente compatíveis com a política de status quo¹³².

Nesta linha de raciocínio, e analisando o cenário internacional inclinado à guerra, a política de status quo é o elo central entre a cooperação e o poder. Esta política, então codificadora na distribuição do poder como propagação da paz, propicia aos Estados uma mudança em seu jogo de poder, a irem contra os conflitos, e apoiarem-se em certa estabilidade na nova distribuição de seu poder¹³³. No entanto, essa dinâmica pela busca de poder constante causa um aspecto controverso, o qual não é compreendido pelos Estados, que quanto mais buscam alcançar um patamar de poder para se assegurar, os demais se sentem inseguros, resultando em maiores disputas no campo internacional.

Porém, para a política do status quo, enquanto define a distribuição leal do poder, bem como manter a sua posição, para que não se modifique o seu status quo nem altere a ordem em relação a outras nações, as mudanças ainda sim são aceitas. Para tanto, as transformações englobam os Estados a todo o momento, e assim surgem novas oportunidades de crescimento e de maiores prestígios, de modo que eles conquistem novos territórios.

Contudo, ao elencar as novas conquistas, mesmo que altere sua posição referente à atual, as nações não alteram sua política de status quo vigente, então, alcançam mais poder e definem mais fortes suas estratégias e sua posição, no entanto, a elaboração do poder pretende se manter intacta¹³⁴.

¹³² MORGENTHAU, H. J. **A Política Entre As Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz**. Editora da Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

¹³³ *Ibid.*, p. 90.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 94.

8 PODER E A POLÍTICA EXTERNA NO SISTEMA INTERNACIONAL

A política internacional consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os objetivos da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como intuito, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Entretanto, sempre que buscarem alcançar seus objetivos por meio da política internacional, estarão lutando por poder¹³⁵.

Enquanto um equilíbrio de poder do tipo simples exige necessariamente igualdade ou paridade de poder, o mesmo não acontece com um sistema complexo. Com três ou mais potências competitivas a ocorrência de grandes desigualdades de poder entre elas não coloca necessariamente a mais poderosa em posição de preponderância, porque as outras têm a possibilidade de se unirem contra aquela que tem mais poder¹³⁶.

No princípio do século XX, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, e logo depois, os críticos da doutrina do equilíbrio do poder afirmavam que o problema não residia no fato de que ela fosse ininteligível ou que não pudesse ser testada, mas que a busca do equilíbrio do poder tinha efeitos negativos, e não positivos, sobre a ordem internacional. Em especial, afirmavam que a tentativa de preservar o equilíbrio de poder era uma fonte de conflitos, que servia aos interesses das grandes potências, às custas dos pequenos estados, e que promovia o desrespeito pelo direito internacional¹³⁷.

As tentativas de criar um equilíbrio de poder nem sempre resultaram na preservação da paz. No entanto, a principal função do equilíbrio de poder não é preservar a paz, mas sim o próprio sistema de estados. A manutenção do equilíbrio de poder exige a guerra, quando ela é o único meio de deter a expansão de um estado potencialmente dominante. Pode-se questionar, porém, que a preservação

¹³⁵ SARFATI, G. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

¹³⁶ BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem política mundial**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002 [do original *The Anarchical society: a study of order in World Politics*, 1977].

¹³⁷ *Ibid.*

da paz é um objetivo subsidiário do equilíbrio de poder. Não há dúvida de que o princípio da preservação do equilíbrio de poder tendeu a privilegiar as grandes potências, às custas dos estados de menor poder relativo¹³⁸.

A noção de que as exigências do equilíbrio geral devem ter precedência sobre as demandas dos equilíbrios subordinados, e que ele é mais importante do que qualquer equilíbrio local ou particular, é parte da sua lógica. Se for necessário que haja uma expansão territorial dos estados poderosos, em prejuízo dos mais fracos, do ponto de vista da ordem internacional é melhor que isto ocorra sem uma conflagração entre os primeiros. Constitui um paradoxo do princípio do equilíbrio do poder o fato de que, embora a existência desse equilíbrio seja uma condição essencial para o funcionamento do direito internacional, os passos necessários para mantê-lo implicam, muitas vezes, violação de normas do direito internacional¹³⁹.

A preservação do equilíbrio de poder é essencial para a ordem internacional, e sobre o seu fundamento na noção bastante desacreditada de que a busca do poder é o denominador comum à qual pode ser reduzida a política exterior dos países. Com efeito, o conceito de "equilíbrio de poder" é notável pela variedade de sentidos que pode ter, pela tendência dos que o utilizam para mudar seu significado de um sentido para outro e pela aceitação sem senso crítico das afirmações associadas ao entendimento do conceito. "A crítica da doutrina de que o equilíbrio de poder funciona para manter a ordem internacional deriva, às vezes, da ideia de que ela é parte de uma teoria da "política de poder" que apresenta a busca do poder como preocupação comum e suprema da política externa de todos os estados. A política exterior de qualquer país consiste na discussão desses assuntos, e as propostas que possuem o efeito de aumentar a posição de poder do país podem ser rejeitadas, e muitas vezes o são¹⁴⁰.

Sendo assim, faz-se necessário distinguir o poder legítimo, isto é, aquele cujo exercício é justificado tanto moral como legalmente, do poder ilegítimo. O poder exercido com autoridade moral ou legal tem de ser diferenciado do poder cru. O poder de que dispõe um agente policial para me revistar, por força de um mandado judicial, é diferente qualitativamente do poder de um assaltante que efetua o mesmo

¹³⁸ BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem política mundial**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002 [do original *The Anarchical society: a study of order in World Politics*, 1977].

¹³⁹ *Ibid.*

¹⁴⁰ DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais. Introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

ato graças à arma que ele empunha. Essa distinção não somente é válida filosoficamente, mas também se mostra relevante para a condução da política exterior. O poder legítimo, que pode sempre invocar uma justificação moral ou legal para o seu exercício, tende normalmente a ser mais efetivo do que o equivalente poder ilegítimo, que não tem como justificar-se. Em outras palavras: o poder legítimo apresenta mais probabilidade de influir na vontade dos seus do que o poder ilegítimo a ele equiparável¹⁴¹.

O poder que é exercitado em autodefesa, ou em nome das Nações Unidas, tem melhores possibilidades de conseguir êxito do que o poder semelhante exercido por uma nação "agressora", ou em violação do direito internacional. As ideologias políticas apresentam a utilidade de conferir às políticas externas a aparência de legitimidade¹⁴².

¹⁴¹ NYE, Joseph. **Compreender os conflitos internacionais**. Uma introdução à teoria e à história. Lisboa: Gradiva, 2002.

¹⁴² Ibid.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cerne do presente trabalho é a forte influência dos documentos secretos, capaz de transformar as considerações do sistema internacional, modificando as realidades e os aspectos vigentes nesse campo complexo e proporcionando poder a quem se utiliza. Considerar, então, a utilização do segredo e suas vias nas relações internacionais induz que os objetivos por trás desta ação é a conquista do poder. E, conforme os desenvolvimentos atuais, torna-se mais aperfeiçoada essa prática.

A globalização e suas contribuições, em constante transformação, provocam mundialmente proporções grandiosas acerca do avanço e de novas conquistas referentes à economia, ao poder e a respeito dos aspectos de desenvolvimento dos Estados. Tais fatores fulcrais as políticas aplicadas hodiernamente interferem consideravelmente nas relações internacionais, configurando o sistema internacional. Com isso, os aperfeiçoamentos criados pelos estados transmitem avanços muito mais consideráveis.

Neste contexto, na medida em que as ações práticas dos Estados e sociedades em geral, bem como dos novos e relevantes atores, são depositadas no sistema internacional, implicam em relações nem sempre amistosas. Desta forma, em um sistema predisposto a conflitos, pautado por conceitos realistas, as relações internacionais acabam culminando em ações que causam desconfiança e que são desleais.

Contudo, a comunicação surge como um fator preponderante nesse campo, pois, proporcionando maiores facilidades de interação e conhecimento, promovem com todas as partes do sistema internacional um cenário mais livre, sem conflitos e sem anarquia. Para tanto, a interdependência exímia torna-se fundamental para que os Estados se desenvolvam.

Nesta linha de raciocínio, o forte desenvolvimento da comunicação possibilitou ao sistema internacional, com seus distintos membros, modificar conceitos antes voltados à guerra, provocando assim, beneficentemente, que as relações internacionais sejam pautadas pela paz e garanta avanços de forma igualitária, justa e tranqüila, sendo que ao mesmo tempo em que as políticas externas dos Estados sejam praticadas de forma equilibrada, todos, ou a maior parte, conquistam novos patamares.

Deste modo, na medida em que a comunicação elabora de forma detalhada a questão da interdependência nas relações internacionais, a notoriedade dos atores adquire novas faces, com efeitos concretos quanto à cooperação.

No entanto, o poder e suas vias de alcance transbordam nas políticas externas das nações, de modo que, mesmo valendo-se da necessidade de interdependência entre as nações, a posição do Estado ainda é de grande valia quando se trata de desenvolvimento.

Contudo, ao elevar a análise do poder em relação ao sistema internacional, dotado de diversos atores, é imprescindível a utilização dos meios viáveis para conquistar avanços e destaque, porém, muitas utilizações acabam sendo injustas. Nesta questão complexa e decisiva se encaixa a utilização dos documentos secretos, de modo que passa a ser desencadeado por proporcionar avanços e maiores conhecimentos acerca do cenário em geral, o que proporciona maiores conquistas.

Os documentos secretos são meios utilizados há muito tempo, antes denotado de forma mais branda e menos ameaçadora. Porém, o desenvolvimento proporcionado pela globalização, com os avanços tecnológicos e da comunicação, esse campo abstrato ocorrido nas relações internacionais atingiu-se como questão decisiva, como garantia de poder e de desenvolvimento.

Ao analisar nações desenvolvidas que conquistaram soberania, como os Estados Unidos, por exemplo, é relativo que esta análise ocorra em todos os aspectos, vendo também o que há por trás dos governos, como são aplicadas suas políticas, neste caso, com as relações ocorridas atualmente, é possível relacionar o grande desenvolvimento e conquistas norte-americanas através da espionagem, mantida por muito tempo.

O poder dos Estados Unidos é relevante no cenário internacional, e sua contribuição às decisões e questões totais neste campo é relativizada ao seu grande potencial. É notável que os maiores desenvolvimentos mundiais se relacionem a nação norte-americana, com total influência, inclusive em questões derradeiras que chegam à ONU.

Propositalmente, a preponderância em levantar a questão dos documentos secretos no sistema internacional é rever a ocorrência destes fatos se relacionarem a conquista do poder, tendo em vista o poder aqui como, ser destaque em um sistema em desenvolvimento, de modo que a política da nação que o possui torna-

se extremamente relevante e influente na arena internacional, obtendo também o desenvolvimento fundamental.

Deste modo, com o intuito de levantar em questão a importância dos documentos secretos, pode-se valer que, são considerados ameaças, uma vez que os mesmos, bem como o segredo em si nas relações internacionais são utilizados por conquista de poder. Nesta condição, pautando-se por esse meio, as consequências são benéficas a quem se utiliza, de modo que, passam a invadir demais territórios estando no seu próprio, mas alcançam um vasto conhecimento dos Estados e demais atores no sistema internacional.

Todavia, a elaboração da política de status quo gera certo ajustamento entre as nações, pois, quando há o equilíbrio de poder, as relações internacionais passam a valer-se de seus conceitos centrais. Contudo, desenvolvimento e poder não se desencadeiam apenas para majoritários, mas chegam, assim como a comunicação, para todos. O objetivo fundamental no sistema internacional é, com a interdependência, níveis similares freqüentes, de forma que os Estados circulem e alcancem patamares precisos e eqüitativos.

O segredo nem sempre é utilizado com egoísmo, em casos específicos sua utilização é necessária. Porém, utilizar-se deste meio como fonte de poder é extremamente supérfluo. A conquista acontece através de relações que se expandem, principalmente nos tempos atuais com a extensa multipolaridade dos sistemas, tendo garantias de sucesso através de ações justas. Por isso o segredo não é extremamente necessário.

Não se exclui a questão da transparência também, se realmente é modo de paz ou guerra, mas, vale salientar que o segredo ocorre deslealmente. Ao contrário da utilização confidencial como proteção a relações em percurso, o segredo desmedido trás, de um lado, benefícios concretos, porém, do outro lado, repressão às nações em contato.

Todavia, na medida em que a política externa se baseia na política do status quo, há suma relevância nas relações transnacionais entre os Estados, já que pautando-se do equilíbrio, o desenvolvimento ocorre em todos os aspectos.

Enfim, observa-se que a espionagem e as vias do segredo assimilam o poder coexistente, desta forma, ocasionalmente provoca avanços remetidos a quem se utiliza deste meio, mas ao mesmo tempo, obtendo os conceitos internos dos demais atores do sistema internacional, sabendo suas ações aplicadas, bem como o

andamento de suas questões políticas, econômicas e diplomáticas, geram aos envolvidos retenção.

Portanto, possuindo conhecimento pleno do sistema e seus membros, e ocultando suas próprias ações, a conquista do poder torna-se sólida. E, quando é determinado o poder, as reais magnitudes de vantagens são garantias do desenvolvimento.

Então, o sistema internacional, valendo-se das altas proporções da globalização, que desencadeou avanços consideráveis, é previsto que haja a interdependência já formada. O desenvolvimento ocorre, assim, em vias leias e transparente.

Nesta condição, a contribuição proporcionada pela pesquisa a respeito do segredo e suas vias de obtenção nas relações internacionais aponta que, os Estados, concordados ao poder, buscam expandir suas políticas de modo a conquistar o próprio poder, de modo que o sistema internacional volta a basear-se em conceitos realistas, um sistema anárquico e sem escrúpulos. Contudo, a realidade atual é distinta, pois, o cenário internacional conta com avanços exorbitantes quanto à cooperação e a transparência. Por isso, o segredo utilizado nessa área passa a ser considerado uma ameaça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAZ, Silvio. WikiLeaks: origem e modo de operar. **Como tudo funciona**. 2014. Disponível em: <<http://tecnologia.hsw.uol.com.br/wikileaks1.htm>>. Acesso em: 29 out. 2014.

BULL, Hedley. A sociedade anárquica: um estudo da ordem política mundial. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002 [do original *The Anarchical society: a study or order in World Politics*, 1977].

BURITY, Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. **Revista Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/3349/5110>>. Acesso em: 15 out. 2014.

CARTA das Nações Unidas. **GDDC**. Direitos humanos – Instrumentos e textos universais.

CASTELLS. Manuel. **O poder da Identidade**. Editora Paz e Terra Ltda. 2010.

CASTELLS. Manuel. **A sociedade em rede**. Editora Paz e Terra Ltda. 2010.

CAVA, Roberta. **Esfera pública e meio ambiente**. 2011. 94 f. Dissertação (Relações Internacionais) – Programa de pós-graduação em ciência política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CONHEÇA a ONU. **ONUBr**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/conheca-a-onu/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais. Introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

EUA acusam soldado que colaborou com Wikileaks de 22 novos crimes. **Folha de S. Paulo**, 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2011/03/883599-eua-acusam-soldado-que-colaborou-com-wikileaks-de-22-novos-crimes.shtml>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. Editora Ética. 1998.

FREIRE E ALMEIDA, Daniel. **Um Tribunal Internacional Para a Internet**. 2011. 555 f. Curso de Doutorado em Direito Internacional (Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra. Coimbra. 2011.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Editora Sextante. 2014.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LAFER, Celso. Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks. **Política Externa**. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/966/vazamentos-sigilo-diplomacia-proposito-significado-wikileaks/>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

MENSAGEM AO CONGRESSO, 1918 (adaptado). A conferencia de paz. Os “catorze pontos” do presidente Wilson. **Escola Básica e Secundária de Velas**. Disponível em: <<http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115152010600/depart/dcsh/h12ano/1918.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MORGENTHAU, H. J. A Política Entre As Nações: **A Luta Pelo Poder e Pela Paz**. Editora da Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **Many Voices, One World**. Report by the International Commission for the Study of Commission Problems. London: Kogan Page, 1980.

NETTO. Reynaldo Carilo Carvalho. O “quarto poder” e censura democrática. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed765_o_quarto_poder_e_censura_democratica>. Acesso em: 13 out. 2014.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005.

NYE, Joseph. **Compreender os conflitos internacionais**. Uma introdução à teoria e à história. Lisboa: Gradiva, 2002.

OLIVEIRA, E. N. **Teoria Realista**. Acadêmico Direito. FGV. 2008.

OLIVEIRA. Marcio César Barbato. Wikileaks, “Hacktivismo” e a Política Internacional. **Mundorama**. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/04/27/wikileaks-hacktivismo-e-a-politica-internacional-por-marcio-cesar-barbato-de-oliveira/>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

PERINI, Raquel Fratantonio. A soberania e o mundo globalizado. **UFSC**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21969-21970-1-PB.htm>>. Acesso em: 02 out. 2014.

PINHEIRO, Ruan Sales de Paula. **Segredo e transparência nas relações internacionais: lições do caso norte-americano**. 2011. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

SANTOS, A. M. 84. **O realismo na teoria das relações internacionais**. Caderno De Relações Internacionais. V.3, N.5 (2012).

SARFATI. G. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHILLER. Herbert I. **O Império Norte-Americano das Comunicações**. Editora Vozes, 1976.

SILVA, M. C. Documentos Secretos. **Direito Folha Uol**. 2011. Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/blog/o-que-so-documentos-secretos>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

SPEKTOR, Matias. WikiLeaks nas Relações Internacionais. **Política Externa**. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/969/wikileaks-nas-relacoes-internacionais/>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

VIEIRA, Leonardo. A Diplomacia Secreta que Impulsionou a Primeira Guerra Mundial. **O Globo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/a-diplomacia-secreta-que-impulsionou-primeira-guerra-mundial-13229135>>. Acesso em: 21 out. 2014.

WAACK, Willian. WikiLeaks, jornalismo e diplomacia. **Política Externa**. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/974/wikileaks-jornalismo-e-diplomacia/>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Gradiva Publicações. Lisboa. 2002.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. 2002.

WIKILEAKS, a pedra no sapato dos governos. **Estadão**, 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/wikileaks-a-pedra-no-sapato-dos-governos,126467.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2014.